DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, segunda-feira, 1 de junho de 1981 — ANO V - Nº 101

Pag. 01

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 5.958 DE 26 DE MAIO DE 1981

Inclui Funções do Grupo Direção e Assistência Intermediárias na Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem os artigos 4º, item I e II, e 5º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam incluídas, na forma do Anexo, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal - Parte referente à Secretaria de Administração, Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, obtidas mediante transformação e supressão das Funções em Comissão ali indicadas.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1981
93º da República e 22º de Brasília
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

ANEXO
DECRETO Nº 5.958, DE 26 DE MAIO DE 1981
GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC) TRANSFORMADAS OU SUPRIMIDAS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC)			
NÚMERO	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	NÚMERO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
			COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS			
			DIVISÃO DE REGISTRO E CONTROLE DE VEÍCULOS			
1	Assistente	FC-04	1	Assistente	DAI-112.3	Agente Administrativo
			SEÇÃO DE EXPEDIENTE			
1	Chefe da Seção de Expediente	FC-05	1	Chefe da Seção de Expediente	DAI-111.1	Agente Administrativo

DECRETO Nº 5.959 DE 27 DE MAIO DE 1981

Homologa a Decisão nº 32/81, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do Processo nº 003.354/81,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Decisão nº 32/81, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que fixa a área mínima de 30, m2 para apartamentos econômicos, nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1981
93º da República e 22º de Brasília
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ CARLOS MELLO

DECRETO Nº 5.960 DE 27 DE MAIO DE 1981

Homologa a Decisão nº 34/81, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do Processo nº 020.122/79,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Decisão nº 34/81, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que modificou os recuos dos lotes residenciais no Setor Tradicional de Brazlândia, RA-IV.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1981
93º da República e 22º de Brasília.
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ CARLOS MELLO

DECRETO Nº. 5.961, DE 27 DE MAIO DE 1981

Aprova normas para colocação de Toldos em Edifícios Residenciais

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o constante do Processo nº 022.287/80,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovadas as normas para colocação de toldos em edifícios residenciais, aplicáveis em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1981
93º da República e 22º de Brasília.
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ CARLOS MELLO

DECRETO Nº 5.962, DE 27 DE MAIO DE 1981

Aprova a Planta SHCG-N-PR-45/1

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o constante do Processo nº 003527/81,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a Planta SHCG-N-PR-45/1 que define nova área para o lote C, destinado a Jardim de Infância, da Quadra 708, do Setor de Habitações Coletivas e Geminadas - Norte, RA-I.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1981
93º da República e 22º de Brasília
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ CARLOS MELLO

DECRETO Nº 5.963, DE 27 DE MAIO DE 1981

Aprova as Plantas SGO-PR-11/1, SBN-PR-12/1, SHN-PR-15/1, 16/1, 17/1 e 18/1 e PMU - PR-21/1 e 22/1-RA-I.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, tendo em vista o constante do Processo nº 018188/78,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Plantas: SGO-PR-11/1 - Setor de Garagens Oficiais; SBN-PR-12/1, do Setor Bancário Norte; SHN-PR-15/1, SHN-PR-16/1, SHN-PR-17/1 e SHN-PR-18/1, do Setor Hoteleiro Norte; PMU-PR-21/1 e PMU-PR-22/1 - Praça Municipal, que definem áreas destinadas a LRS.

ÍNDICE

PÁGINA

ATOS DO GOVERNADOR 1
GABINETE CIVIL 4
SECRETARIA DO GOVERNO 4
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 5
SECRETARIA DE FINANÇAS 6
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS 8
PROCURADORIA GERAL 9
TRIBUNAL DE CONTAS 9
ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS 15
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 18

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

Os suplementos às edições serão vendidos, separadamente, na Seção de Distribuição, no andar terreo do Anexo do Buriti.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3º andar

Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇAO: Direto: 225-7803
PABX - 225- 6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto . 226-4357
PABX - 225-2515 Ramal 27

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 1.220,00
Semestral ..... Cr$ 610,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 900,00
Semestral ..... Cr$ 450,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva

MATÉRIA PAGA

Por centímetro de coluna.

Orgãos Governamentais (GDF) ..... Cr$ 20,00
Particulares ..... Cr$ 42,70

NÚMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

Art. 2" - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1981
93" da República e 22" de Brasília.
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
JOSE CARLOS MELLO

DECRETO Nº 5.964 DE 27 DE MAIO DE 1981

Aprova a Planta SPP/PR-1/1 do Setor Palácio Presidencial-RA-I.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei n" 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o constante do Processo n" 505.324/80,

DECRETA:

Art. 1" - Fica aprovada a Planta SPP/PR-1/1 que define a área destinada a residência oficial do Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Brasil, situada no Setor Palácio Presidencial, RA-I.

Art. 2" - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto n" 5.831, de 11 de março de 1981 e demais disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1981
93" da República e 22" de Brasília
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
JOSE CARLOS MELLO

DECRETO Nº 5.965, DE 27 DE MAIO DE 1981

Homologa a Decisão nº 28/81 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei n" 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do Processo n" 004.189/66,

DECRETA:

Art. 1" - Fica homologada a Decisão n" 28/81, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que permitiu a utilização do lote 11, da Quadra DS, do Setor Hoteleiro Sul, para Centro Automobilístico.

Art. 2" - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1981
93" da República e 22" de Brasília.
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
JOSE CARLOS MELLO

DECRETO Nº 5.966, DE 27 DE MAIO DE 1981

Homologa a Decisão nº 31 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei n" 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do Processo n"150.757/80,

DECRETA:

Art. 1" - Fica homologada a Decisão n" 31/81, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que aprovou a alteração do parágrafo 1" do artigo 26 do Decreto n" 944, de 14 de fevereiro de 1969, que passa a ter a seguinte redação:

"§ 1" - As áreas fechadas não poderão ultrapassar de 40% da área de projeção, constituindo-se de vestíbulos salão de festas e reuniões, com pequenas instalações de serviços e sanitários, depósito de material de limpeza, apartamento para zelador com o máximo de dois quartos, dependências para faxineiros com quarto e banheiro, depósito de lixo e dependência ou quadro de medidores".

Art. 2" - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1981
93" da República e 22" de Brasília.
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
JOSE CARLOS MELLO

DECRETO Nº 5.967 DE 27 DE MAIO DE 1981

Aprova acréscimo de área do Lote 01, do Setor Leste do Gama.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei n" 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do Processo nº 165.413/81,

DECRETA:

Art. 1" - Fica aprovado o acréscimo de área do lote 01, destinado a Mercado, e a mudança de sua destinação para Centro Comercial e de Diversões e define o gabarito e normas de edificação pertinentes da Administração Regional do Gama, RA-II.

Art. 2" - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1981
93" da República e 22" de Brasília
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSE CARLOS MELLO

DECRETO Nº 5.978 DE 29 DE MAIO DE 1981

Inclui Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias na Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei n" 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem os artigos 4", itens I e II, e 5" do Decreto n" 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

DECRETA:

Art. 1" — Ficam incluidas, na forma do Anexo, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal — Parte referente à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, obtidas mediante transformação e supressão das Funções em Comissão ali indicadas.

Art. 2" — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1981
93" da República e 22" de Brasília.
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE
EMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO

ANEXO
DECRETO Nº 5.978, DE 29 DE MAIO DE 1981
GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC) TRANSFORMADAS OU SUPRIMIDAS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC)			
NÚMERO	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	NÚMERO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
	GABINETE DA PROCURADORIA GERAL			GABINETE DA PROCURADORIA GERAL		
01	Chefe da Seção de Expediente	FC-08	01	Chefe da Seção de Expediente	DAI-111.2	Agente Administrativo
	4a. SUBPROCURADORIA GERAL			4a. SUBPROCURADORIA GERAL		
	DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO E ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO E ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
01	Chefe da Seção de Documentação da Administração Indireta	FC-05	01	Chefe da Seção de Documentação da Administração Indireta	DAI-111.3	Agente Administrativo
	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		
01	Chefe da Seção de Material e Patrimônio	FC-06	01	Chefe da Seção de Material e Patrimônio	DAI-111.3	Agente Administrativo

Secretaria de Administração

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n" 3.751, de 13 de abril de 1960.

RESOLVE:

DISPENSAR, EDUARDO BENEDITO CHAVES VIEIRA, Agente de Serviços Públicos, Código NM-819.B, Referência NM-26, matricula n" 07.676-7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Simbolo EC-04, de Assistente da Divisão de Registro e Controle de Veiculos, da Coordenação do Sistema de Transportes Internos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasilia, 26 de maio de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n" 3.751, de 13 de abril de 1960.

RESOLVE:

DISPENSAR, OLIVAR FERNANDES, Agente de Serviços de Engenharia, Código NM-808.D, Referência NM-29, matricula n" 16.949-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Simbolo FC-08, de Chefe da Seção de Expediente, da Coordenação do Sistema de Transportes internos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasilia, 26 de maio de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 27 DE MAIO DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear o Bel. ANASTACIO NAVARRO MARQUES, Delegado de Polícia, matrícula nº 20.315-7, PC.201-B, NS 16 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, DAS-101.1, de Delegado Chefe da 11ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 27 de maio de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA

DECRETO DE 27 DE MAIO DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar o Bel. GUILHERME FRANCISCO ROSA MACHADO, Delegado de Polícia, matrícula 20.891-4, PC 201-C, NS 19, do Cargo em Comissão DAS-101.1, de Delegado Chefe da 11ª Delegacia de Polícia da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por ter sido nomeado para outro cargo.

Distrito Federal, 27 de maio de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA

DECRETO DE 27 DE MAIO DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear o Bel. GUILHERME FRANCISCO ROSA MACHADO, Delegado de Polícia, matrícula nº 20.891-4, PC 201-C, NS-19, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão DAS-101.1, de Delegado Chefe da Delegacia de Vigilância e Captura da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 27 de maio de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA

Procuradoria Geral

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar das Funções em Comissão que exercem na PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, os funcionários constantes da relação anexa.

Brasília, 29 de maio de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

ANEXO
DECRETO DE 29 DE MAIO DE 1981
PROCURADORIA GERAL

NOME	CARGO	CÓDIGO	REF.	MATRÍC.	FUNÇÃO EM COMISSÃO
MARISE CASTILHO PEREIRA SILVA	Agente Administrativo	LT-GA-401.A	NM.17	18.806-9	Chefe da Seção de Expediente, do Gabinete da Procuradoria Geral do Distrito Federal. Símbolo FC-08.
VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES	Agente de Serviços de Engenharia	NM-808.D	NM.26	14.067-8	Chefe da Seção de Material e Patrimônio, da Divisão de Administração Geral, da Procuradoria Geral do Distrito Federal. Símbolo FC-06.
ALVINO ALVES DE ALMEIDA	Agente de Serviços Públicos	NM-819.B	NM.26	02.391-8	Chefe da Seção de Documentação da Administração Indireta, da Divisão de Legislação e Assuntos da Administração Indireta, da 4a. Subprocuradoria Geral, da Procuradoria Geral do Distrito Federal. Símbolo FC-05.

Despachos

PROCESSO Nº 372.719/81
INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA
ASSUNTO: REQUISIÇAO

Senhor Governador:

No presente processo a Secretaria de Educação e Cultura solicita sejam colocados à sua disposição os servidores PAULO PEREIRA DOS SANTOS, Motorista, Simbolo EP-08, matricula nº 92.230 e ANTONIO VALDECI HENRIQUES, Motorista, Simbolo EP-08, matricula nº 94.862, ambos contratados da Fundação Educacional do Distrito Federal, para prestarem serviços no Gabinete daquela Secretaria.

O Senhor Diretor-Executivo daquela Fundação opinou favoravelmente ao atendimento do pedido.

Informo a Vossa Excelência que tal pretensão se enquadra no artigo 5º, item III, do Decreto nº 2.628, de 22 de maio de 1974.

Assim, submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência.

Brasilia, 21 de maio de 1981
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

De Acordo.

Brasilia, 25 de maio de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

PROCESSO Nº: 372.479/81
INTERESSADO: CARLOS FLORENCE BRAGA
MATRICULA Nº: 8.967-4-GDF e Mat. Nº 84.673-FEDF
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

No presente processo o Secretário de Educação Fisica e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, em expediente datado de 10 de abril do corrente ano, solicita a dispensa de ponto do servidor CARLOS FLORENCE BRAGA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", matricula 84.673, contratado da Fundação Educacional do Distrito Federal e Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código M-1001.3, nivel 03, matricula 8.967-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, por ter chefiado o Grupo de Ginástica que representou o Brasil no Campeonato Mundial de Ginástica Escolar, em Bastiá - França, no periodo de 29 de abril a 06 de maio do corrente ano.

A Secretaria de Educação e Cultura opinou favoravelmente ao atendimento da solicitação.

A matéria em pauta está prevista dentre os afastamentos considerados como de efetivo exercicio, conforme dispõe o artigo 1º, § 1º, do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto, nas duas matriculas, do servidor acima classificado, desde que comprove o seu comparecimento no referido Campeonato Mundial.

Brasilia, 21 de maio de 1981
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo, sem direito ao pagamento de passagens, diárias, ajudas de custo ou quaisquer outras despesas referentes à participação no Campeonato Mundial acima mencionado.

Brasilia, 25 de maio de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

PROCESSO Nº 007.210/81
INTERESSADO: 33ª REUNIAO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIENCIA
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIENCIA, em expediente datado de 13 de abril do corrente ano, solicita a dispensa de ponto aos funcionarios do Governo do Distrito Federal que participarem da 33ª REUNIAO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIENCIA, a realizar-se em Salvador-BA, no periodo de 08 a 15 de julho de 1981.

A matéria em pauta está prevista dentre os afastamentos considerados como de efetivo exercicio e por tratar-se de assunto de interesse geral da Administração deste Governo, conforme dispõe o artigo 1º § 2º, do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, proponho a Vossa Excelência seja autorizada à dispensa de ponto, no referido periodo, aos servidores que, comprovadamente, comparecerem ao evento.

Brasilia, 21 de maio de 1981
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo, sem direito ao pagamento de passagens, diárias, ajudas de custo ou quaisquer outras despesas referentes ao Encontro em pauta.

Brasília, 25 de maio de 1981

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

Governador

PROCESSO Nº: 007.807/81
INTERESSADO: TOME MENDES VIEIRA NETO - Mat. 02.937-8-SEA
ASSUNTO: REQUISIÇAO (FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL)

Senhor Governador:

No presente processo a Fundação do Serviço Social solicita seja colocado à sua disposição o servidor TOME MENDES VIEIRA NETO, Agente Administrativo, Código SA-401.C, Referência NM-27, matrícula nº 2.937-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ocupar o cargo de Chefe da Seção de Transportes, da Divisão de Serviços Gerais, Símbolo EC-08, sem ônus para o órgão de origem.

Esta Secretaria opina favoravelmente quanto ao atendimento do pedido.

No entanto, tal pretensão não se enquadra no artigo 3º, parágrafo único, do Decreto nº 2.628, de 22 de maio de 1974.

Permita-me informar que a presente solicitação poderá ser atendida em caráter excepcional, se assim Vossa Excelência o desejar.

Diante do exposto, submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência.

Brasília, 26 de maio de 1981

JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretário de Administração

Autorizo, em caráter excepcional, o afastamento do servidor em causa, sem ônus para o órgão de origem, enquanto perdurar a investidura no Emprego em Comissão que irá exercer naquela Fundação.

Brasília, 1º de junho de 1981

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

Governador

GABINETE CIVIL

PORTARIA DE 1º DE JUNHO DE 1981

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, - o uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, combinado com os artigos 1º e 2º, do Decreto nº 5.759, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Mandar cessar o pagamento da gratificação pela representação de gabinete concedida ao servidor DOUGLAS CARVALHO, Auxiliar Técnico, matrícula nº 19.766-1, pelo encargo de Oficial de Gabinete.

Brasília-DF, 1º de junho de 1981

PAULO JOSE MARTINS DOS SANTOS

SECRETARIA DO GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

PROCESSO Nº: 226.306/81
INTERESSADO: JOMAC SERVIÇOS E REPRESENTAÇOES LTDA
ASSUNTO: Prorrogação de prazo para entrega de obra.

DESPACHO:

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso de suas atribuições legais, em face à solicitação do interessado e anuência do EXECUTOR da obra, conforme transcrição às folhas 02 (dois), prorroga o prazo de execução por 15 (quinze) dias úteis, a contar de 03.06 a 24.06.81, para conclusão das obras de urbanização na Avenida Comercial Norte, em frente ao Edifício Sede da RA-III desta Cidade Satélite, objeto do Convite nº 07/81-RA-III.

Taguatinga-DF, 22 de maio de 1981

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLANDIA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MAIO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLANDIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço de 09 de março de 1981, publicada no DODF nº 57, página 04, de 25 de março de 1981, que trata do processo 180.046/81, tendo em vista o interesse da Administração.

Brazlândia-DF., 20 de março de 1981.

HUMBERTO DENUCCI

Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE MAIO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLANDIA, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 1º, do Decreto nº 5.476, de 23 de setembro de 1980,

RESOLVE:

AUTORIZAR a gratificação pela prestação de serviços extraordinários aos funcionários desta Administração Regional, na forma constante do quadro anexo.

Brazlândia-DF, 25 de maio de 1981.

HUMBERTO DENUCCI

Administrador

GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - PERÍODO DE 19 a 29/05/81
QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 25/05/81

MATRÍCULA	N O M E	SÍMBOLO	HORAS
00.012	FRANCISCO CHAGAS BANDEIRA	TP.602.2	60
00.376	ANTÔNIO BEZERRA DE LIMA	TRABALHADOR Nº 01	60
00.574	PEDRO CAMILO DE SOUZA	TP.602.4	40
01.163	MANOEL RAIMUNDO DOS SANTOS	TP.602.4	50
03.851	EDMIRSON MARTINS DE MEDEIROS	SA-401.A	[illegible]
11.861	LUIZ MENDES DA FONSECA	ART.502.2	
12.181	BENEDITO PEREIRA DA SILVA	NM.808.1	45
13.016	JOSÉ MONTEIRO DAMASCENO	TP.602.5	60
13.323	ELIZEU JOSÉ DA SILVA	ART.504.2	50
13.321	OSVALDO DE SOUZA DIAS	ART.504.2	40
14.777	JOSÉ CAETANO DA SILVA	ART.502.2	40
15.023	FELÍCIO GUADALINI	SA-401.5	30
15.347	INÁCIO LOPES CAVALCANTE	TP.602.4	30
15.726	JOVINIANO GARCIA DE MENEZES	NM.808.7	20
15.858	JURANDI DE MACÊDO	TP.601.5	60
16.109	AVELINO DE DEUS PINHEIRO FILHO	ART.501.5	60
16.686	ERCÍLIO PÊGO PAIXÃO	TP.602.1	40
16.858	RAIMUNDO GOMES DE MORAIS	TP.602.2	30

PROCESSO Nº: 180.095/81
INTERESSADO: MARIA JOSE MICHETTI MATTIOLI
ASSUNTO: Dispensa de Licitação.

DESPACHO:

Nos termos do artigo 32, § 3º, item II, do Decreto nº 5.748, de 30/12/80, combinado com os artigos 17, item X e 64, item II, do Decreto nº 4.507, de 26/12/78, DISPENSO A LICITAÇAO, no valor de Cr$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos cruzeiros), a favor da firma MARIA JOSE MICHETTI MATTIOLI, para atender despesas com a conservação do Salão Comunitário de Brazlândia, constando de colocação de 120 m2 (cento e vinte metros quadrados) de vidro liso de 04mm.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral desta A. R., para as providências cabíveis.

Brazlândia-DF., 21 de maio de 1981.

HUMBERTO DENUCCI

Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE Nº 022/81-RA VI, DE 14 DE MAIO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 21, item IV, do Regimento desta Administração Regional,

RESOLVE:

Expedir a presente Ordem de Serviço pela qual fica a firma VEW Comércio Indústria e Instalações Ltda, autorizada a dar início aos serviços de "Adequação Física para Viabilização do Projeto Platéia", no Setor Esportivo e Cultural (Área do Ginásio de Funções Múltiplas), desta cidade, objeto do Convite nº 002/81-CL/RA VI e licitação em que foi vencedora, conforme despacho exarado no Processo nº 210.122/81, e Nota de Empenho nº 102/81-SEF.

Ficam fazendo parte integrante da presente Ordem de Serviço, para rigorosa observância por parte da aludida firma, o Convite, Especificações, Planta e proposta da Empreiteira, que acompanharam o Convite e constam do mencionado processo.

Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data do seu recebimento pela firma.

Planaltina-DF, 14 de maio de 1981

SALVIANO ANTONIO GUIMARAES BORGES

Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE Nº 023/81-RA VI, DE 14 DE MAIO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 21, item IV, do Regimento desta Administração Regional e tendo em vista o disposto nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira:

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor ANTONIO CARLOS MORAES DE CASTRO, Assessor da Administração Regional, para Executor dos serviços de "Adequação Física para Viabilização do Projeto Platéia", no Setor Esportivo e Cultural (Área do Ginásio de Funções Múltiplas), desta cidade, adjudicados à firma VEW — Comércio Indústria e Instalações Ltda, através do Processo nº 210.122/81-RA VI, a serem custeados através da Nota de Empenho nº 102/81-SEF, cabendo-lhe as atribuições de acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução dos referidos serviços.

Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

Planaltina-DF, 14 de maio de 1981

SALVIANO ANTONIO GUIMARAES BORGES

Administrador

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 26 DE MAIO DE 1981

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8" do Decreto n" 5.065, de 18 de janeiro de 1980, e no artigo 1", item II, do Decreto n" 5.841, de 17 de março de 1981.

RESOLVE:

DESIGNAR, OLIVAR FERNANDES, Agente de Serviços de Engenharia, matricula 16.949-8 Código NM-808.D - NM-29, para exercer a função de Chefe da Seção de Expediente Código DAI-111.1 da Coordenação do Sistema de Transportes Internos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brailia, 26 de maio de 1981
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

PORTARIA DE 26 DE MAIO DE 1 981

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8" do Decreto n" 5.065, de 18 de janeiro de 1980, e no artigo 1", item II, do Decreto n" 5.841, de 17 de março de 1981.

RESOLVE:

DESIGNAR, EDUARDO BENEDITO CHAVES VIEIRA, Agente de Serviços Públicos, matricula 07.676-7, Código NM-819.B - NM-26, para exercer a função de Assistente, Código DAI-112.3, da Divisão de Registro e Controle de Veiculos da Coordenação do Sistema de Transportes Internos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasilia, 26 de maio de 1981
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

CONSELHO DE POLÍTICA DE PESSOAL

PROCESSO Nº: 411.661/81
INTERESSADO: CARLOS EDUARDO STEVANATO Mat. 115.881-03-CLT /FHDF.
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

— Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência do interessado e posterior arquivamento.

Brasília, 19 de maio de 1981

Presidente: JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA: Conselheiros: ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE; FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS; RONALDO DE OLIVEIRA; ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO; WANDERVAL ALVES DA COSTA; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA.

PROCESSO Nº: 411.685/81
INTERESSADO: LUIZ FERNANDO MARQUELLI Mat. 115.773-06-CLT/FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte,

RESOLUÇÃO:

— Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência do interessado e posterior arquivamento.

Brasília, 19 de maio de 1981

Presidente: JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA; Conselheiros: ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE; FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS; RONALDO DE OLIVEIRA; ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO; WANDERVAL ALVES DA COSTA; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA.

PROCESSO Nº: 411.672/81
INTERESSADO: GLAYNE CHAVES DE SOUZA PEREIRA — Mat. 115-800-07-CLT/FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

— Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência da interessada e posterior arquivamento.

Brasília, 19 de maio de 1981

Presidente: JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA; Conselheiros: ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE; FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PAULO JOSE MARTINS DOS SANTOS-RONALDO DE OLIVEIRA; ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO; WANDERVAL ALVES DA COSTA; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISAO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇAO DE PESSOAL

ATOS DO DIRETOR

LICENÇA ESPECIAL DEFERIDA

DESPACHO: CONCEDO, nos termos do artigo 2º, combinado com o artigo 5º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967, LICENÇA ESPECIAL, de seis meses aos funcionários abaixo qualificados.

NOME: Mário Isaias de Andrade, Art. de Obras Civis, Cl. Artífice, Cód. Art-504., Ref. NM-9
MATRÍCULA: 13.645-X-SEA
Relativo ao decênio de: 20-04-71 a 04-05-81 (2º decênio)

NOME: Severino Deocleciano da Silva, Agente Administrativo, SA-401.B, Ref. NM-21
MATRÍCULA: 12.376-5-SES
Relativo ao decênio de: 25-03-71 a 21-03-81 (2º decênio)

NOME: Raimundo Nonato Garção, Art. de Manut. e Rest. de Veículos, Cl. Art. Especializado, Art-502. Ref. NM-14
MATRICULA 14.324.3-ASRIA
Relativo ao decênio de: 01-02-71 a 28-01-81 (2º decênio).

NOME: Balduino José da Silva, Agente Administrativo, SA-401.A, Ref. NM-19.
MATRÍCULA: 16.298-1-SEF
Relativo ao decênio de: 27-02-71 a 23.02.81 (2º decênio)

NOME: Belvino Moura de Araújo, Art. de Elet. e Comunicações, Cl. Artífice Espec., Cód. Art-505, Ref. NM-15
MATRÍCULA: 13.941.6-SEF
Relativo ao decênio de: 23-09-70 a 20-09-80 (2º decênio).

NOME: Valdecy Ferreira Lima, Agente Administrativo, SA-401.C, Ref. NM-26.
MATRÍCULA: 09.658-X-SEA
Relativo ao decênio de: 13-04-71 a 23-04-81 (2º decênio).

NOME: Renato Moura, Fiscal de Tributos, TAF-303.B, Ref. NS-17
MATRÍCULA 04.585-3-SEF
Relativo ao decênio de: 18-03-71 a 14-03-81 (2º decênio).

NOME: Josefino Soares de Oliveira, Agente Administrativo, SA-401.C, Ref. NM-26
MATRÍCULA. 13.651-4-SSP
Relativo ao decênio de: 27-04-71 a 27-04-81 (2º decênio).

NOME: Edmar Rodrigues de Moraes, Agente Administrativo, SA-401.B, Ref. NM-24
MATRÍCULA: 09.769-1-SEA
Relativo ao decênio de: 27-02-71 a 24-04-81 (2º decênio).

NOME: Aecio da Silva Campos, Inspetor Sanitário, Cód. NM-802.B, Ref. NM-29
MATRÍCULA: 01.941-0-SES
Relativo ao decênio de: 11-03-71 a 07-03-81 (2º decênio).

NOME: Justino Laurentino de Araújo, Agente de Portaria, Cód. TP-602.S, Ref. NM-13
MATRÍCULA: 00.095-7-RA-II
Relativo ao decênio de: 03-04-71 a 14-04-81 (2º decênio)

NOME: Eraldo Lima de Jesus, Agente Administrativo, SA-401.A, Ref. NM-21
MATRÍCULA: 12.422-2-RA-VI
Relativo ao decênio de: 06.03-71, a 26-03-81 (2º decênio).

NOME: Nestor Sarmento Furtado, Agente de Portaria, Cód. TP-602.S, Ref. NM-13
MATRÍCULA: 11.955-5-ASRIA
Relativo ao decênio de: 07-02-71 a 03-02-81 (2º decênio).

NOME: José Agenor de Carvalho, Agente de Portaria, TP-602.S, Ref. NM-11
MATRÍCULA: 00.734-X-SEG
Relativo ao decênio de: 23-04-71 a 19-04-81 (2º decênio).

NOME: Dorilio Maroclo Neto, Fiscal de Posturas, Cód. NM-821.B, Ref. NM-29
MATRÍCULA: 00.802.8-SEF
Relativo ao decênio de: 22-04-71 a 18-04-81 (2º decênio).

NOME: Antonio Pereira Filho, Fiscal de Posturas, Cód. NM-821-B, Ref. NM-29
MATRÍCULA: 00.122-8-ACSNB
Relativo ao decênio de: 18-05-71 a 14-05-81 (2º decênio).

NOME: Petronilio Gomes de Miranda, Agente de Portaria, Cód. TP-602.S, Ref. NM-11
MATRÍCULA: 00.672-6-RA-V
Relativo ao decênio de: 22-04-71 a 18-04-81 (2º decênio).

NOME: Antonio da Silva Neiva, Artífice de Carpintaria e Marcenaria, Cl. Contramestre, Art-503. Ref. NM-17
MATRICULA 14.608.0-ASRIA
Relativo ao decênio de: 27-02-71 a 23-02-81 (2º decênio).

NOME: Silvio Carlos Pimenta Jaguaribe, Engenheiro, Cód. NS-710.S, Ref. NS-22
MATRÍCULA: 11.029-9-SVO
Relativo ao decênio de: 13-02-67 a 09-02-77 (2º decênio).

NOME: João Elme Gonçalves Verdade, Agente Administrativo, SA-401.C, Ref. NM-29
MATRÍCULA: 05.714-2-SEF
Relativo ao decênio de: 10-01-71 a 13-02-81 (2º decênio).

NOME: Terezinha de Oliveira Seixa, Agente Administrativo, SA-401.B, Ref. NM-24
MATRÍCULA: 13.273-X-SEF
Relativo ao decênio de: 04-05-71 a 30-04-81 (2º decênio).

NOME: Luiz Antônio Rodrigues, Artífice de Mecânica, Cód. Art-501, Cl. Artífice, Ref. NM-09

MATRÍCULA: 10.168-0-SEA
Relativo ao decênio de: 01-03-71 a 15-03-81 (1º decênio).

NOME: Marlene Fatima Silva, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Cód. M-1001.3, nível 3
MATRÍCULA: 03.333-2-SEC
Relativo ao decênio de: 01-10-70 a 01-02-81 (1º decênio).

NOME: Adalgisa da Ascenção dos Santos Peres, Agente Administrativo, Cl. A, Ref. NM-17, Cód. SA-401.A
MATRÍCULA 12.171-1-SES
Relativo ao decênio de: 08-02-71 a 22-04-81 (2º decênio).

NOME: Inocêncio Cordeiro da Silva, Motorista Oficial, Cód. TP-601.S, Ref. NM-15
MATRÍCULA: 01.774-4-SEP
Relativo ao decênio de: 01-02-71 a 31-03-81 (2º decênio).

NOME: Raimundo Cardoso, Pedreiro, nível 9-B
MATRÍCULA: 00.664-5-RA-V.
Relativo ao decênio de: 22-04-71 a 18-04-81 (2º decênio).

NOME: Francisco Ferreira de Castro, Procurador do Distrito Federal, Cód. SJ-901-C, Ref. NS-18.
MATRÍCULA: 11.275-5-PRG
Relativo ao decênio de: 04-05-71 a 30-04-81 (2º decênio).

NOME: José Mota Sales, Trabalhador, nível-1
MATRICULA: 16.140-3-SVO
Relativo ao decênio de: 01-04-71 a 28-03-81 (1º decênio).

NOME: Luiz Pedro Cruciol, Agente de Serviços de Engenharia, NM-808.D, Ref. NM-24
MATRICULA: 15.713-9-SVO
Relativo ao decênio de: 01-10-62 a 27-09-72 (1º decênio).

NOME: Aurenice Ferreira de Oliveira, Atendente, nível 9
MATRÍCULA: 06.258-8-SVO.
Relativo ao decênio de: 01-09-68 a 03-08-78, (1º decênio).

NOME: Manoel Antonio Barros, Agente de Portaria, TP-602.B, Ref. NM-10
MATRÍCULA: 15.394-X-SVO
Relativo ao decênio de: 01-04-71 a 03-04-81 (1º decênio).

NOME: Geraldo Bueno de Toledo, Art. de Manutenção e Rest. de Veículos, Cl. Contramestre, Art. 502, Ref. NM-17
MATRÍCULA: 16.527-1-ASRIA
Relativo ao decênio de: 01-05-71 a 27-04-81 (1º decênio).

NOME: José Raimundo da Silva, Agente de Portaria, TP-602.A, Ref. NM-5
MATRÍCULA 16.789-4-SEA
Relativo ao decênio de: 12-12-60 a 27-12-70 (1º decênio).

Brasília, 26 de maio de 1981
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor

O Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

MATRICULA	N O M E	C A R G O	CÓDIGO	REF.	NÍVEL	R E M O V E R	
						DO (A)	PARA
12.519-2	Valdomiro Borges Ribeiro	Agente Administrativo	SA-407.B	NM-14		SEA	SEF
03.094-0	Maria Amélia Rochetti	Agente Administrativo	SA-401.A	NM-21		SEA	SEC
05.385-8	Marlene Alves Itabaiana	Agente Administrativo	SA-401.A	NM-17		SVO	SEC
04.311-7	Oyara Breier Caratica	Professor de 1º e 2º Graus	M-1000.3		3	SEC	SEA
01.043-X	Antonio Valmir Campelo Bezerra	Técnico Comunic.Social	NS-722.B	NS-12		GANA	Taguatinga
03.799-0	Carlos Wagner Fernandes de Tolentino	Técnico de Administração	NS-715.A	NS-09		SEA	SEF
09.179-0	Orlandina Marques dos Santos	Aux.Operac.Serv.Diversos	NM-806.A	NM-03		GAG	SEA
15.781-2	José Silvio	Motorista Oficial	TP-601.B	NM-11		SVO	CPDF

Brasília, 29 de maio de 1981
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

ATOS DO COORDENADOR

PROCESSO Nº: 007.306/81
INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
ASSUNTO: EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO POR ESTIMATIVA

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso VII, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1 978, combinado com o artigo 32, § 3º, inciso II, do Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1 980, dispenso a licitação para compra de peças genuinas para veiculos, diretamente das firmas CODIPE - COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E VEICULOS, no valor de Cr$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros), e SIMAC AUTOMOVEIS S.A. no valor de Cr$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros).

Brasília, 25 de maio de 1 981
ANTONIO ALBERTO RODRIGUES PESTANA
Coordenador

PROCESSO Nº: 006.956/81
INTERESSADO: PROCURADORIA GERAL
ASSUNTO: AQUISIÇAO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso VIII, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1 978, combinado com o artigo 32, § 3º, inciso II, do Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1 980, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 30, diretamente do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, no valor de Cr$ 300,00 (Trezentos cruzeiros).

Brasília, 26 de maio de 1 981
ANTONIO ALBERTO RODRIGUES PESTANA
Coordenador

PROCESSO Nº: 007.794/81
INTERESSADO: PREMIER-GRAFICA E PAPELARIA LTDA.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.

DESPACHO: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Liquidação e de acordo com o disposto no art. 68, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1.978, e ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso I, do art. 66, do citado diploma, aplico à firma PREMIER-GRAFICA E PAPELARIA LTDA, a multa de Cr$ 890,40 (Oitocentos e noventa cruzeiros e quarenta centavos), pelo atraso de 07 (sete) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 255/81-DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização da TOMADA DE PREÇOS nº 24/81-SEA, de que participou.

Publique-se, dê-se ciência ao interessado e, em seguida, encaminhe-se ao Departamento da Despesa-SEF.

Em 26 de maio de 1.981.
ANTONIO ALBERTO RODRIGUES PESTANA
Coordenador

PROCESSO Nº: 007.774/81
INTERESSADO: PAPELARIA RODARTE COMERCIO E IMPORTAÇAO LTDA.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.

DESPACHO: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Liquidação e de acordo com o disposto no art. 68, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1.978, e ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso I, do art. 66, do citado diploma, aplico à firma PAPELARIA RODARTE - COMERCIO E IMPORTAÇAO LTDA, a multa de Cr$ 77,70 (Setenta e sete cruzeiros e setenta centavos), pelo atraso de 09 (nove) dias, na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 1.163/80-DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização do CONVITE nº 124/80-SPC-DC, de que participou.

Publique-se, dê-se ciência ao interessado e, em seguida, encaminhe-se ao Departamento da Despesa-SEF.

Em 26 de maio de 1.981
ANTONIO ALBERTO RODRIGUES PESTANA
Coordenador

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 25 DE MAIO DE 1981

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições com fundamento no artigo 5º, da Portaria nº 04/81-SEF, de 19 de fevereiro de 1981,

RESOLVE:

Art. 1º — Designar para desempenhar trabalhos vinculados às áreas técnico - especializadas de natureza tributária, os Fiscais de Tributos IVAN LAVAREDA REIS, matrícula nº 02.080-7, na Divisão da Receita de Brasília e EURÍPEDES GONÇALVES, matrícula nº 12.253-7, na Divisão da Receita de Sobradinho, com produtividade de 90%, para coordenar atividades relacionadas com o IPTU, nas respectivas áreas, no período de 21 de maio a 23 de junho de 1981.

Art. 2º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 21 de maio de 1981.

Brasília-DF, 25 de maio de 1981
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Secretário

DEPARTAMENTO DA RECEITA

ATOS DO DIRETOR

ATO DECLARATÓRIO Nº 08/81-DPR-SEF-RE

Declara que os estabelecimentos da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB, estão autorizados a escriturar o Livro Registro de Inventário, modelo 7, por processamento de dados, conforme estipulado no Ato Declaratório.

Distrito Federal, 22 de maio de 1981
JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA
Diretor

ATO DECLARATÓRIO Nº 10/81-DPR-SEF-RE

"Autoriza Regime Especial para Emissão de Nota Fiscal de Serviços-Fatura por processamento eletrônico de dados".

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Parágrafo único do artigo 92 e artigo 107 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços, aprovado pelo Decreto nº 3522/76, ouvida a Divisão de Tributação e pelo que consta do Processo nº 057.053/80,

DECLARA:

I — Que ERICSSON DO BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A., inscrita no Cadastro de Contribuintes do ISS, sob nº 005.970-1, estabelecida no SCS — Quadra 05, Bloco "C", Loja nº 118 a 130 - Brasília, fica autorizada a emitir por processamento eletrônico de dados, o documento fiscal requerido, com a denominação de Nota Fiscal de Serviços-Fatura.

II — Que a emissão da Nota Fiscal, quanto ao número mínimo de vias e sua destinação, obedeça ao disposto no artigo 102 do RISS.

III — Que, por força do disposto no artigo 96 do RISS, obriga-se a requerente a observar o disposto nos artigos 248, 256, 259, 260 e 261, do Regulamento do ICM aprovado pelo Decreto nº 3.992/77.

IV — Que deverá apor no corpo do documento fiscal a expressão: "Regime Especial aprovado pelo ATO DECLARATÓRIO Nº 10/81-DPR/SEF-RE., conforme Processo nº 057.053/80.

A presente concessão não dispensa o contribuinte das demais obrigações, principal e acessórias, previstas na legislação vigente, podendo ser cassada ou alterada a qualquer tempo, a critério deste Departamento e independente da manifestação da parte interessada.

Este ATO DECLARATÓRIO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Brasília, 27 de maio de 1981.
JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA
Diretor

(DAR-Cr$ 2.628,00)

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

RECURSO VOLUNTARIO: N" 99 81
RECORRENTE: Osvaldo Alves de Araújo
RECORRIDO: Departamento da Receita

OSVALDO ALVES DE ARAUJO, irresignado com a setença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal n" 057437 80, pertinente ao Auto de Infração n" 7472 80, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 1" de abril de 1.981 (Registro do protocolo geral de fls. 24).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 18 de março de 1.981 (Recibo de fls. 23), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n" 4.191 62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 11 de maio de 1981
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO **EX-OFFÍCIO** N" 101 81
RECORRENTE: Departamento da Receita
RECORRIDO: Irmãos Rodopoulos Ltda.

Irmãos Rodopoulos Ltda., proprietária do imóvel denominado SEP/NORTE — Quadra 513, Lote 05, inscrição cadastral n" 09210725, requereu em 28 de setembro de 1977, a avocação do Processo Fiscal n" 053634 77, pertinente à reclamação contra o lançamento do IPTU, relativo ao exercício de 1977, incidente sobre o referido imóvel, alegando haver expirado o prazo para que a autoridade de primeira instância proferisse julgamento.

A reclamação deu entrada no protocolo geral em 1" de julho de 1977, recebendo o processo respectivo o n" 053634, não tendo sido julgada, nem seu julgamento convertido em diligência para produção de novas provas, até a data em que foi encaminhada a esta Corte Administrativa (07-04-81).

Houve, efetivamente, inobservância do disposto no art. 254 da Lei n" 4.191/62.

Julgo, pois, procedente a avocação, para considerar como proferido o julgamento a favor do sujeito passivo, permanecendo o processo neste Tribunal, como recurso **ex-officio**, **ex vi** do disposto no art. 256, § 3", do mencionado diploma legal.

Processe-se o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 11 de maio de 1981.
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO VOLUNTARIO N" 88 80
RECORRENTE: Éliton Martins Gonçalves
RECORRIDO: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
RELATOR: Conselheiro Gilberto Alves Nery

ACORDÃO Nº 34/81 (2.187)

EMENTA: **ENTULHO DE OBRAS - DEPOSITO EM LOGRADOURO PUBLICO** - Depositar entulho de obras em logradouro público constitui infração tipificada no art. 304 do Código de Edificações de Brasília, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no Decreto "N" n" 671/67.

MULTA - NATUREZA DA INFRAÇÃO - LOCAL DA OCORRÊNCIA - CAPACIDADE ECONÔMICA - ANTECEDENTES - Na fixação da multa deve-se considerar esses fatores, entre outros, como circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n" 88/80, em que é recorrente ELITON MARTINS GONÇALVES e recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe dar provimento parcial, no sentido de reduzir a penalidade aplicada para a correspondente a 1/2 (meio) valor de referência vigente à época em que se deu a infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator e notas taquigráficas. Ausente à votação o Conselheiro Newton Egydio Rossi, substituido pelo Conselho Suplente LOURIVAL ABADIA JUVENAL DE ALMEIDA.

Sala das Sessões-Brasília-DF, 21 de maio de 1981
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente
GILBERTO ALVES NERY
Redator

RECURSO VOLUNTARIO N" 118/77
RECORRENTE: Muhamad Ali Ismail Khalil
RECORRIDO: Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro Walter Basniaki Linhares.

ACORDÃO Nº 30/81 (2184)

EMENTA: **ICM — SAÍDAS TRIBUTAVEIS — AUSÊNCIA DO RECOLHIMENTO** — Comprovada pelo Fisco a falta de recolhimento, em tempo hábil, do imposto devido por saídas de mercadorias tributáveis, impõe-se o cumprimento da obrigação com a penalidade prevista na letra "a", inciso V, do art. 189, do Decreto-Lei n" 82/66. No caso de sonegação impõe-se o cumprimento da obrigação com a penalidade prenunciada na letra "b" inciso V, do artigo supracitado.

RECOLHIMENTO PARCIAL DO TRIBUTO EXIGIDO, DEVIDAMENTE COMPROVADO — RECURSO PROVIDO EM PARTE — Impõe-se o provimento parcial do recurso, quando o sujeito passivo faz prova cabal e indiscutível de haver recolhido parte do débito reclamado pelo Fisco.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n" 118/77, em que é recorrente MUHAMAD ALI ISMAIL KHALIL e recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento no sentido de, reformando parcialmente a decisão recorrida, reduzir os valores tributáveis constantes do item II do auto de infração, tendo em vista as informações do fiscal autuante às fls. 64 e 67, deste processado, consoante voto do Conselheiro Relator e notas taquigráficas. Ocasionalmente ausente à votação, o Conselheiro NEWTON EGYDIO ROSSI.

Sala das Sessões-Brasília-DF, 14 de maio de 1981.
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente
WALTER BASNIAKI LINHARES
Redator

RECURSO VOLUNTARIO N" 137/80
RECORRENTE: Takeko Kagami
RECORRIDO: Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro Wellington Carlos Batista

ACORDÃO Nº 43/81 (2.196)

EMENTA: — **NOTAS FISCAIS — EXTRAVIO — PENALIDADE APLICAVEL** — O extravio de notas fiscais constitui infração apenada com a multa equivalente a 0,1 (um décimo) do valor de referência, por documento extraviado, até o limite de 5 (cinco) valores de referência, consoante art. 500, do RICM (Decreto n" 3.992/77).

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recursos Voluntário n" 137/80, em que é Recorrente Takeko Kagami, e recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, consoante voto do Conselheiro Relator e notas taquigráficas. Eximiu-se de discutir e votar o feito o Conselheiro Amaury Ubirajara da Silva Ramos, tendo em vista não estar presente na sessão que foi iniciado o julgamento, nos termos do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões-Brasília-DF., 21 de maio de 1981
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente
WELLINGTON CARLOS BATISTA
Redator

RECURSO **EX-OFFÍCIO** N" 159/80
RECORRENTE: Departamento da Receita
RECORRIDO: PROPISO — Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.
RELATOR: Conselheiro Wellington Carlos Batista

ACORDÃO Nº 39/81 (2.192)

EMENTA: **OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL — INCIDÊNCIA DO ISS — BASE DE CÁLCULO** — A execução de obras de construção civil está sujeita ao Imposto sobre Serviços, na forma do art. 1", item 19 e 20 do Regulamento do imposto, aprovado pelo Decreto n" 3.522/76, constituindo-se a sua base de cálculo no preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes ao valor dos materiais fornecidos e aplicados e das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

PROVAS — AUSÊNCIA — Meras alegações desacompanhadas de provas não bastam para ilidir a ação fiscal, maximé quando replicadas, categoricamente, pelo fiscal autuante.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso **ex-officio** n" 159/80, em que é recorrente Departamento da Receita e recorrido PROPISO — Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento, no sentido de, reformando a decisão ficta em favor da firma interessada, condená-la a recolher a importância de Cr$ 586.638,19, (quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e oito cruzeiros e dezenove centavos), correspondente ao ISS, acrescida da multa de Cr$ 293.314,00 (duzentos e noventa e três mil, trezentos e catorze cruzeiros), totalizando a importância de Cr$ 879.952,19, (oitocentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois cruzeiros e dezenove centavos), sujeito ainda a juros de mora e correção monetária, calculados na forma da lei, nos termos do voto do Conselheiro Relator e notas taquigráficas. Sob licença médica o Conselheiro AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS, substituído pela Conselheira Suplente SANDRA FURTADO AYRES. Também sob licença o Conselheiro WALTER BASNIAKI LINHARES. Ausente à votação o Conselheiro NEWTON EGYDIO ROSSI.

Sala das Sessões-Brasília-DF, 21 de maio de 1981.
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente
WELLINGTON CARLOS BATISTA
Redator

RECURSO **EX-OFFÍCIO** N" 224/80
RECORRENTE: Departamento da Receita
RECORRIDO: Sociedade de Terraplenagem, Construção Civil e Agropecuária Ltda.

A autoridade julgadora de primeira instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda, no Processo Fiscal n" 052020/79, pertinente à reclamação contra lançamento do Imposto de Transmissão, recorreu de ofício nos termos do disposto no art. 262 da Lei n" 4.191/62.

Sigam os trâmites.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 14 de maio de 1981.
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO VOLUNTARIO Nº 290/80
RECORRENTE: AGROSERVICE — Empreiteira Agricola Ltda
RECORRIDO: Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro João Bispo dos Santos Júnior

ACÓRDÃO Nº 38/81 (2.191)

EMENTA: **PEDIDO DE DESISTÊNCIA - HOMOLOGAÇÃO** - A desistência do recurso, quando homologada, ilide a relação juridico processual.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº 290/80, em que é recorrente AGROSERVICE — Empreiteira Agricola Ltda. e recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, homologar a desistência do recurso interposto, nos termos do voto do Conselheiro Relator e notas taquigráficas.

Sala das Sessões-Brasília-DF, 21 de maio de 1.981

LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente
JOAO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Redator

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 366/77
RECORRENTE: Roterdam Calçados e Confecções Ltda.
RECORRIDO: Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro João Bispo dos Santos Júnior

ACÓRDÃO Nº 36/81 (2.189)

EMENTA: **ESCRITURAÇÃO A MAIOR NO DIÁRIO – SAÍDA DE MERCADORIAS – FALTA DE RECOLHIMENTO** – Constatada a escrituração no livro Diário, a maior, das saídas escrituradas no livro fiscal, impõe-se o recolhimento do imposto sobre a diferença, com a penalidade prevista no art. 69, I, do RICM, aprovado pelo Decreto nº 1.697/71, vigente à época.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº 366/77, em que é Recorrente Roterdam Calçados e Confecções Ltda., e Recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator e notas taquigráficas. Ausente à votação o Conselheiro Newton Egydio Rossi, substituido pelo Conselheiro Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida.

Sala das Sessões-Brasília-DF, 21 de maio de 1981

LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente
JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR
Redator

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 115/81
RECORRENTE: Aparelhos Elétricos Teletécnica Ltda.
RECORRIDO: Departamento da Receita

Aparelhos Elétricos Teletécnica Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal, nº 050537/81, pertinente ao Auto de Infração nº 7274/81, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 30 de abril de 1981 (Registro do protocolo geral de fls. 18).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 15 de abril de 1981 (Recibo de fls. 15) evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda
Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 22 de maio de 1981
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 116/81
RECORRENTE: Aparelhos Elétricos Teletécnica Ltda.
RECORRIDO: Departamento da Receita

Aparelhos Elétricos Teletécnica Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal, nº 050538/81, pertinente ao Auto de Infração nº 7275/81, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 30 de abril de 1981 (Registro do protocolo geral de fls. 24).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 15 de abril de 1981 (Recibo de fls. 21), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257, da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 25 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 22 de maio de 1981.
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO **EX OFFÍCIO** Nº 118/81
RECORRENTE: Departamento da Receita
RECORRIDO: Master Incosa Engenharia S/A

A autoridade julgadora de primeira instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda, no Processo Fiscal nº 055299/80, pertinente ao Auto de Infração nº 4336/80, recorreu de ofício nos termos do disposto no art. 262 da Lei nº 4.191./62.

Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 22 de maio de 1981
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 122/81
RECORRENTE: Salvatore Nista
RECORRIDO: Departamento da Receita

Salvatore Nista, irresignado com a sentença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal nº 227512/80, pertinente ao Auto de Infração nº 6833/80, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 04 de maio de 1981 (Registro do protocolo geral de fls. 39).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 10 de abril de 1981 (Recibo de fls. 38), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257, da Lei nº 4.191/62, combinado com o arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 22 de maio de 1981.
LUIZ GONZAGA THEODORO
– Presidente

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA - SVO Nº 12, DE 26 DE MAIO DE 1981

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 7º, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, no exercício de 1981, aprovadas pelo Decreto nº 5748, de 30 de dezembro de 1980, e que consta do Decreto nº 05.933, de 08.05.81, que abre crédito suplementar,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do Quadro anexo, os valores destacados pela Portaria nº 11 de 14 de maio de 1981.

Brasília, 26 de maio de 1981

JOSÉ CARLOS MELLO
Secretário

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 12 DE 26 DE MAIO DE 1.981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ÓRGÃO CENTRALIZADOR DA DESPESA: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG/SVO

PROJETOS E/OU ATIVIDADES - ELEMENTOS	ANTERIOR	ALTERAÇÃO	ATUAL	TOTAL
SVO/1.006 - Programa Esp. Prev, Contr. e Comb. Erosão no D. Federal				
4.1.1.0 - Obras e Instalações	90.700.000,00	-	90.700.000,00	90.700.000,00
SVO/1.101 - Implantação de Vias e Obras Compl. de Urbanização				
4.1.1.0 - Obras e Instalações	24.000.000,00	-	24.000.000,00	24.000.000,00
SVO/2.048 - Manutenção das Ativ. da Secretaria de Viação e Obras				
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais	2.100.000,00	-	2.100.000,00	2.100.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos	1.600.000,00	-	1.600.000,00	1.600.000,00
3.2.6.1 - Juros da Dívida Contratada	22.300.000,00	-	22.300.000,00	22.300.000,00
4.2.5.0 - Aquisição de Tít. Represent. de Capital já Integraliz.	-	117.530,00	117.530,00	117.530,00
4.3.5.1 - Amortização da Dívida Contratada	28.500.000,00	-	28.500.000,00	28.500.000,00
SVO/2.088 - Conservação de Áreas Ajardinadas no Distrito Federal				
4.1.1.0 - Obras e Instalações	30.000.000,00	-	30.000.000,00	30.000.000,00
SVO/2.089 - Conservação de Áreas Urbanizadas no D. Federal				
4.1.1.0 - Obras e Instalações	40.000.000,00	-	40.000.000,00	40.000.000,00
SVO/2.102 - Conservação do Parque Recreat. e Turístico de Brasília				
4.1.1.0 - Obras e Instalações	5.000.000,00	-	5.000.000,00	5.000.000,00
SVO/2.103 - Serviços Neces. às Realiz. das Festas Cívico-Sociais				
4.1.1.0 - Obras e Instalações	2.980.000,00	-	2.980.000,00	2.980.000,00

INTERESSADO: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL — S.V.O.
ASSUNTO: Gratificação pela prestação de serviços extraordinários, no período de 1º a 30 de junho de 1981

DESPACHO:

AUTORIZO, nos termos dos artigos 2º e 3º do Decreto nº 3.857, de 19 de setembro de 1977, pagamento da gratificação pela prestação de serviços extraordinários, ao funcionário, relacionado no quadro em anexo.

Brasília, 29 de maio de 1981

JOSÉ CARLOS MELLO
Secretário

QUADRO A QUE SE REFERE O DESPACHO DE DE DE 1 981 - RELATIVO A GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	VENCIMENTO MENSAL	VALOR DA HORA EXTRA	Nº DE HORAS EXTRAS PRESTADAS MENSAL	TOTAL
00.295-X	Luiz Francisco Gomes	Trabalhador	8.464,80	36,15	60	2.169,00

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO Nº 572/81-PRES

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26 do Estatuto Social da Empresa, e

CONSIDERANDO a necessidade de aumentar a segurança no tráfego com os veículos que prestam serviços à NOVACAP, evitando-se acidentes que possam causar danos a seus servidores ou a terceiros;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os horários de trabalho dos veiculos alugados, bem como sua remuneração,

RESOLVE:

01. O horário de trabalho dos veiculos alugados inicia-se às 07:00 horas e encerra-se às 18:00 horas e 15 minutos.

02. Durante o periodo acima estabelecido os motoristas dos veiculos alugados disporão de uma hora para almoço, hora esta não remunerada.

03. Somente será permitido o tráfego a serviço da NOVACAP fora do horário estabelecido no item 01 para os veiculos que fazem linhas de transporte de pessoal ou quando expressamente autorizado pelo Chefe da Divisão de Operações DO, por necessidade do serviço.

04. A velocidade média máxima a ser considerada no trabalho, bem como para efeito de pagamento dos serviços prestados será de 40 km h.

05. A quilometragem rodada não compatível com a velocidade referida acima não será remunerada.

06. Para efeito de remuneração, o número máximo de horas paradas por dia, entendidas no acordo com a Instrução nº 529, de 23.10.79, será considerada de 05:00 horas.

07. Os caminhões basculantes, quando em operação "tapa buraco" serão remunerados através de horas corridas, de acordo com os seguintes preços:

- basculante de 06 m3: Cr$ 684,60 (seiscentos e oitenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos), por hora de trabalho;
- basculante de 12 m3: Cr$ 1.108,00 (hum mil cento e oito cruzeiros), por hora de trabalho.

08. Em conseqüência, os basculantes quando no referido tipo de operação não farão juz a horas paradas.

09. Os valores referidos no item 07 sofrerão reajustes na época normal de reavaliação dos preços pagos para os veiculos alugados.

10. Esta Instrução passa a vigorar a partir de 1º de maio de 1981, revogando-se as disposições em contrário.

Brasilia, 12 de maio de 1981

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor-Presidente

PROCURADORIA GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA PRG Nº 32/81, DE 22 DE MAIO DE 1981

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 3.857, de 19 de setembro de 1977,

RESOLVE:

Autorizar, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 3.857, de 19.09.77, o acréscimo da Jornada de Serviço, de 02 (duas) horas suplementares diárias, no periodo de 18.05 a 16.06.81, ao servidor ANTONIO LUIZ GONZAGA, Motorista Oficial, Código TP-601.S, Referência NM-15, matrícula nº 15.910-7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Publique-se.

Brasília, 22 de maio de 1981

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador-Geral

PORTARIA PRG Nº 35/81, DE 29 DE MAIO DE 1981

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 14 de maio de 1981, EDNA NARCISO DORNAS, Agente Administrativo, Código SA-401.C, Referência NM-26, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função de Secretário Administrativo, Código DAI-112.2, da 4ª Subprocuradoria-Geral, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por motivo de aposentadoria.

Brasília, 29 de maio de 1981

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador-Geral

PORTARIA PRG Nº 36/81, DE 29 DE MAIO DE 1981

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980, combinado com o item II, artigo 1º, do Decreto nº 5.841, de 17 de março de 1981,

RESOLVE:

DESIGNAR VALDEMIR DE TORRES MAGALHAES, Agente de Serviços de Engenharia, matrícula 14.067-8, Código NM-808.D, Referência NM-26, para exercer a função de Chefe da Seção de Material e Patrimônio, Código DAI-111.3, Divisão de Administração Geral, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Brasilia, 29 de maio de 1981

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador-Geral

PORTARIA PRG Nº 37/81, DE 29 DE MAIO DE 1981

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980, combinado com o item II, artigo 1º, do Decreto nº 5.841, de 17 de março de 1981,

RESOLVE:

DESIGNAR ALVINO ALVES DE ALMEIDA, Agente de Serviços Públicos, matrícula 02.341-8, Código NM-819.B, Referência NM-26, para exercer a função de Chefe da Seção de Documentação da Administração Indireta, Código DAI-111.3, Divisão de Legislação e Assuntos da Administração Indireta, da 4ª Subprocuradoria-Geral, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Brasilia, 29 de maio de 1981

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador-Geral

PORTARIA PRG Nº 38/81, DE 29 DE MAIO DE 1981

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR MARISE CASTILHO PEREIRA SILVA, Agente Administrativo, matrícula 18.806-9, Código LT-SA-401.A, Referência NM.17, para exercer a função de Secretário Administrativo, Código LT-DAI-112.2, 4ª Subprocuradoria-Geral, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Brasilia, 29 de maio de 1981

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador-Geral

PORTARIA Nº 39/81, DE 29 DE MAIO DE 1981

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 3.857, de 19 de setembro de 1977,

RESOLVE:

Autorizar, nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 3.857, de 19.09.77, o acréscimo da Jornada de Serviço de 02 (duas) horas suplementares diárias, no período de 04.06 a 03.07.81, ao servidor ARMANDO RIBEIRO DOS SANTOS, Motorista Oficial, Código 170 LT/TP 601, Referência NM-07, matrícula nº 2.926-6, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de maio de 1981

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador-Geral

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 107, DE 21 DE MAIO DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o constante do Processo nº 1424/81,

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 100, de 08 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, de 15 de maio de 1981, para considerar a dispensa de JUACI LOPES DE SOUSA, Auxiliar de Controle Externo, Código TCDF-CE-012, Classe Especial, Referência NM-32, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxliares, da função de Chefe da Seção de Comunicação e Arquivo, Código TCDF-DAI-111.3, como sendo a pedido, e não como constou.

Brasília-DF, 21 de maio de 1981

GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 108, DE 21 DE MAIO DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 12, inciso III, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 1586/81,

RESOLVE:

Dispensar RAIMUNDO SOUSA VITOR, Agente Administrativo, Código TCDF-SA-801, Classe "C", Referência NM.29, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, da função de Assistente, Código TCDF-DAI-112.2, do Gabinete do Chefe do Serviço de Administração, da Diretoria-Geral de Administração, do mesmo Quadro de Pessoal, por estar sendo indicado para exercer outra função.

Brasília-DF, 21 de maio de 1981

GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 109, DE 21 DE MAIO DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso III, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 1586/81,

RESOLVE:

Dispensar MAURICIO ALVES DA SILVA, Agente de Portaria, Código TCDF-TP-1201, Classe Especial, Referência NM.13, do Quadro de Pessoal do Serviços Auxiliares deste Tribunal, da função de Chefe da Seção de Reproduções Gráficas, Código TCDF-DAI-111.2, do Serviço de Administração, da Diretoria-Geral de Administração, do mesmo Quadro de Pessoal.

Brasília-DF., 21 de maio de 1981
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 110, DE 21 DE MAIO DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º da Resolução nº 11, de 12 de setembro de 1978, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1530/81,

RESOLVE:

Dispensar, a partir de 18 de maio corrente, JOSE NUNES DO NASCIMENTO, do emprego de Motorista Oficial, Código TCDF-LT-TP-1201, Classe "B", Referência NM.13, da Tabela de Empregos Permanentes dos Serviços Auxiliares deste Tribunal.

Brasília-DF., 21 de maio de 1981
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 112, DE 21 DE MAIO DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 12, inciso III, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 1586/81,

RESOLVE:

Designar RAIMUNDO SOUSA VITOR, Agente Administrativo, Código TCDF-SA-801, Classe "C", Referência NM.29, do Quadro de Pessoal do Serviços Auxiliares, para exercer a função de Chefe da Seção de Reproduções Gráficas, Código TCDF-DAI-111.2, do Serviço de Administração, da Diretoria-Geral de Administração, do mesmo Quadro de Pessoal.

Brasília-DF, 21 de maio de 1981
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 113, DE 21 DE MAIO DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 12, inciso III, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 1586/81,

RESOLVE:

Designar LUCIA TELES LEAO E SILVA, Auxiliar de Controle Externo, Código TCDF-CE-012, Classe "A", Referência NM.25, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, para exercer a função de Assistente, Código TCDF-DAI-112.2, no gabinete do Chefe do Serviço de Administração, da Diretoria-Geral de Administração, do mesmo Quadro de Pessoal.

Brasília-DF., 21 de maio de 1981
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 114, DE 22 DE MAIO DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 12, inciso III, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 1598/81,

RESOLVE:

Dispensar JOSE BARBALHO DE OLIVEIRA, Auxiliar de Controle Externo, Código TCDF-CE-012, Classe "B", Referência NM.29, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, da função de Assistente, Código TCDF-DAI-112.2, do Gabinete do Inspetor-Seccional, da 3ª Inspetoria-Seccional de Controle Externo, da Inspetoria-Geral de Controle Externo, do mesmo Quadro de Pessoal.

Brasília-DF., 22 de maio de 1981
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 115, DE 22 DE MAIO DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 12, inciso III, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 1598/81,

RESOLVE:

Designar DARCI TAVARES BARRIONUEVO, Auxiliar de Controle Externo, Código TCDF-CE-012, Classe "B", Referência NM.29, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, para exercer a função de Assistente, Código TCDF-DAI-112.2, no gabinete do Inspetor-Seccional, da 3ª Inspetoria-Seccional de Controle Externo, da Inspetoria-Geral de Controle Externo, do mesmo Quadro de Pessoal.

Brasília-DF., 22 de maio de 1981
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 116, DE 26 DE MAIO DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, especialmente a que lhe confere o artigo 12, inciso III, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1178/81,

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o artigo 176, inciso III, combinado com o artigo 178, inciso II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, ANTONIO JOAQUIM COSTA DOS ANJOS, no cargo de Técnico de Controle Externo, Código TCDF-CE-011, Classe "B", Referência NS.21, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares.

Brasília-DF., 26 de maio de 1981
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO PARA "MOTORISTA OFICIAL"

RESULTADO DOS RECURSOS APRESENTADOS

PROVA PRÁTICO-ORAL DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS

1) INTERESSADO: JOSÉ FERREIRA CAMPOS
PROCESSO Nº 1566/81
DECISÃO: Negado provimento. Mantida a nota 42 pontos.

2) INTERESSADO: FLORBINO AIRES DA SILVA
PROCESSO Nº 1567/81
DECISÃO: Negado provimento. Mantida a nota 09 pontos.

3) INTERESSADO: RAIMUNDO SANTANA E SILVA
PROCESSO Nº 1568/81
DECISÃO: Provido. Elevada a nota de 63 para 78 pontos.

4) INTERESSADO: HAROLDO LIMA DE CARVALHO
PROCESSO Nº 1571/81
DECISÃO: Provido. Elevada a nota de 59 para 62 pontos.

Brasília - DF., em 28 de maio de 1981.

ATA DA 1900a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 19 dias do mês de maio de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO e ROGÉRIO NUNES, os Auditores RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1899a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

— Ofício do Exmo. Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS, agradecendo a comunicação de que esta Corte manifestara, associando-se às comemorações do Dia de Tiradentes, sua exaltação cívica pela gloriosa luta dos inconfidentes mineiros.

— Ofício do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Conselheiro RUY LINS DE ALBUQUERQUE, manifestando sua satisfação pelo recebimento do número 10 da Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

— Telex do Exmo. Senhor Ministro da Saúde, Dr. WALDYR MENDES ARCOVERDE, pelo qual agradece as congratulações da Corte por ocasião do Dia Mundial da Saúde.

— Telex do Exmo. Senhor Ministro do Exército, General WALTER PIRES, agradecendo a comunicação de que esta Corte comemorara o Dia da Vitória.

— Telegrama do Dr. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO, manifestando agradecimentos pelo voto de congratulações da Corte ao ensejo de sua posse na Academia Piauiense de Letras.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 803/80 - Aposentadoria da servidora MA-

RIA NATAL MACHADO MENDES.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2141/80 - Pensão especial concedida aos filhos menores do ex-servidor GERALDO JOSÉ LUCATELLI DORIA DE ARAÚJO.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a concessão.

PROCESSO Nº 2371/80 - Aposentadoria do servidor NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA;

PROCESSO Nº 2373/80 - Aposentadoria do servidor VALDOMIRO PEREIRA DA COSTA;

PROCESSO Nº 2388/80 - Aposentadoria da servidora JERÔNIMA DE OLIVEIRA SOUZA;

PROCESSO Nº 2390/80 - Aposentadoria da servidora GRACINDA DE SOUZA CONCEIÇÃO.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 784/81 - Nota de empenho nº 121/81-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 992/81 - Nota de empenho nº 097/81-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Saúde.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1114/81 - Extrato de aditivo ao termo de cessão a título precário celebrado entre a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. e a Viação Alvorada Ltda., referente ao imóvel de propriedade da primeira, localizado na Área Especial, Setor H Norte, lote 04, Taguatinga;

PROCESSO Nº 1260/81 - Contrato de garantia de funcionamento nº 010/81-ASPR/CEB celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma IBM do Brasil, Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.;

PROCESSO Nº 1284/81 - Ata da 368a. Reunião Ordinária e outras, do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 2380/80 - Aposentadoria do servidor JUVENAL VIEIRA DA SILVA;

PROCESSO Nº 2595/80 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO PEDRO DA CONCEIÇÃO;

PROCESSO Nº 2954/80 - Aposentadoria do servidor ANTONIO RODRIGUES MEDEIROS;

PROCESSO Nº 896/81 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO DIDEUS ARRAIS;

PROCESSO Nº 901/81 - Aposentadoria do servidor CÍCERO IZIDORO DO NASCIMENTO.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2772/80 - Aposentadoria do servidor ANTÔNIO ALVES.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 731/81 - Contrato de empreitada nº 007/81-ASPR/CEB celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma TECNOMONT - Projetos e Montagens Industriais S/A, objetivando a execução dos serviços de ampliação da Subestação Brasília Norte.- O Tribunal, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral, tomou conhecimento do pacto e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 997/81 - Nota de empenho nº 032/81-SEF e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1051/81 - Extrato do contrato nº 356/81 celebrado entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e GILBERTO MAGALHÃES DA ROCHA, objetivando a execução de trabalho de levantamento e análise da estrutura da produção dos principais núcleos rurais do Distrito Federal.- Decidiu o Tribunal determinar diligência interna, para os fins indicados no voto do Relator, a fls. 06-07.

PROCESSO Nº 1261/81 - Extrato do contrato nº 009/81-ASPR/CEB celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma Novo Rio Papéis Comércio e Indústria Ltda., objetivando a compra e venda de papéis;

PROCESSO Nº 1294/81 - Ata da 685a. Reunião Ordinária da Diretoria da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 2378/80 - Aposentadoria do servidor NESTÓRIO GONÇALVES OLIVEIRA;

PROCESSO Nº 2534/80 - Aposentadoria da servidora ANA MARIA PAIVA ANDRADE;

PROCESSO Nº 2719/80 - Aposentadoria do servidor ESPERIDIÃO BISPO DE LIMA;

PROCESSO Nº 3068/80 - Aposentadoria do servidor MARCELINO RODRIGUES DA SILVA;

PROCESSO Nº 891/81 - Aposentadoria do servidor JOSÉ SOARES DE MELO;

PROCESSO Nº 1143/81 - Aposentadoria do servidor LUIZ DE FRANÇA ALBUQUERQUE.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 918/81 - Nota de empenho nº 069/81-DPC e outras, emitidas pela Secretaria do Governo;

PROCESSO Nº 1000/81 - Nota de empenho nº 128/81-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Públicos.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1115/81 - Contrato de locação de serviços autônomos nº 002/81-TCB celebrado entre a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. e a Senhorita IRENE FERRETI;

PROCESSO Nº 1259/81 - Ata da 1308a. Reunião da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1263/81 - Extrato do contrato nº 023/81 celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma Auto Silva Ltda., objetivando a prestação de serviços de mão-de-obra especializada em retífica de motores.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 1390/78 - Prestação de contas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), relativa ao exercício de 1977.- Decidiu o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, dispensar a diligência proposta pela Inspetoria-Geral, que deverá ultimar a instrução para efeito de apreciação final da matéria.

PROCESSO Nº 2144/79 - Prestação de contas da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A (SAB), referente ao exercício de 1978.- Decidiu o Tribunal, acolhendo o parecer do Relator de fls. 529-530: a) julgar regulares as contas, autorizando a expedição das competentes provisões de quitação; b) fazer à SAB a recomendação sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 2657/80 - Tomada de contas do Chefe do Almoxarifado Central da Secretaria de Administração, exercício de 1979.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1511/81 - Representação da Inspetoria-Geral sobre atraso na remessa à Corte do balancete geral da Fundação Cultural relativo ao mês de março último.- Decidiu o Tribunal comunicar o fato à Presidência da entidade, para o fim de ser aplicada ao responsável pela inobservância de prazo a competente multa (art. 60 do Ato Regimental nº 9/80) — na forma proposta pela Inspetoria-Geral.

RELATADOS PELO AUDITOR MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA

PROCESSO Nº 2362/80 - Aposentadoria do servidor ANTONIO RAMOS DA SILVA;

PROCESSO Nº 2392/80 - Aposentadoria do servidor JOAQUIM THEOTONIO MARIANI NETO;

PROCESSO Nº 2394/80 - Aposentadoria do servidor AFONSO GOMES DE SÁ;

PROCESSO Nº 2547/80 - Aposentadoria da servidora TEREZINHA FERREIRA DA SILVA;

PROCESSO Nº 2591/80 - Aposentadoria da servidora DEIA MEDEIROS DE ANDRADE.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 264/81 - Nota de empenho nº 06/81-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1276/81 - Balancetes da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB), relativos aos meses de janeiro e fevereiro de 1981.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações da entidade e futura contrastação com as suas contas anuais.

Nada mais havendo a tratar, às 17:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ

JOSÉ WAMBERTO

JOSÉ PARSIFAL BARROSO

RAUL SOARES DA SILVEIRA

ROGÉRIO NUNES

RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA

ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

ATA DA 1901a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 21 dias do mês de maio de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, RAUL SOARES DA SILVEIRA — que interrompeu o gozo de férias para apresentar hoje o Relatório da Presidência sobre as atividades do Tribunal no exercício de 1980 — e ROGÉRIO NUNES, os Auditores RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1900a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

— Cartão do Exmo. Senhor Ministro da Marinha, Almirante MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA, agradecendo as congratulações da Corte pelo Dia da Vitória.

— Dois telegramas do Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal, Senador JARBAS PASSARINHO, pelos quais, respectivamente, manifesta seu agradecimento pela comunicação de que a Corte determinara a inserção em ata de um voto de solidariedade e apreço ao Poder Legislativo, ao ensejo do transcurso do Dia do Parlamentar, e de um voto de pesar pelo falecimento do Senador HAMILTON NOGUEIRA.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 2464/80 - Reforma do policial ANTONIO TEIXEIRA PINTO.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de reforma, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2965/80 - Aposentadoria do servidor ANTONIO RAMALHO DE AGUIAR.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 1159/81 - Nota de empenho nº 106/81-IDR e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1262/81 - Extrato do termo de cessão celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e o Lar Educandário Nossa Senhora Mont Serrat, visando o uso pela segunda das dependências físicas da primeira, nas atividades de implantação e implementação de uma unidade CEBEM - Centro de Bem-Estar de Menor, em Brasília.- Decidiu o Tribunal: a) tomar conhecimento e determinar a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins; b) fazer à Fundação do Serviço Social a recomendação sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 1296/81 - Atas das 1310a. e 1311a. Reuniões da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 2441/80 - Reforma do policial GOIANO AUGUSTO SALES.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de reforma, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 839/81 - Aposentadoria do servidor JOSÉ PASSOS JARDIM.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 1107/81 - Nota de empenho nº 067/81-SLU e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana;

PROCESSO Nº 1151/81 - Nota de empenho nº 095/81-IDR e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 1169/81 - Nota de empenho nº 030/81-DCFi e outras, emitidas pela Secretaria de Administração.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 1160/69 - Reforma do policial SEBASTIÃO FONTES DA SILVA.- O Tribunal determinou nova diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 163/78 - Convênio celebrado a 28/12/77 entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), regulando a administração, pela segunda para o primeiro, das obras de construção de um pavilhão de comando e ensino do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Distrito Federal; aos autos se juntaram documentos encaminhados pela NOVACAP e pela Polícia Militar do DF em atendimento a solicitações da Corte.- O Tribunal tomou conhecimento da documentação, que atende satisfatoriamente às diligências ordenadas, e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2699/80 - Aposentadoria do servidor JOSÉ EDMILSON MACIEL.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1144/81 - Nota de empenho nº 258/81-SEF e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 1158/81 - Nota de empenho nº 164/81-TUR e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo do Distrito Federal.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 34/79 - Convênio celebrado a 27/12/78 entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura, e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS), regulando a construção de 21 (vinte e uma) escolas moduladas no Setor P-Norte de Taguatinga; aos autos se juntou documentação comprobatória do integral cumprimento do objeto do ajuste.- O Tribunal, tomando conhecimento, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1356/79, que trata de inspeções realizadas pela Corte na Fundação Cultural do Distrito Federal.- O Tribunal tomou conhecimento das providências adotadas pela entidade em atendimento a solicitação da Corte e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 278/80, com resultados de inspeção realizada pela Corte no Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.- O Tribunal, tomando conhecimento, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1021/80, em que se contêm resultados de inspeções e de diligências determinadas pela Corte.- Ao tomar conhecimento dos resultados e considerando cumpridas as diligências, o Tribunal determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1792/80, com relatório de inspeção realizada pela Corte na Fundação Educacional do Distrito Federal.- Ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, o Tribunal decidiu baixar o processo em diligência, para os fins indicados no parecer do Relator.

PROCESSO Nº 1832/80 - Balancete da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. (TCB), mês de junho/80; aos autos se juntou expediente do Senhor Diretor-Superintendente da TCB, pelo qual presta esclarecimentos em atendimento a solicitação da Corte.- Considerando satisfatoriamente cumprida a diligência, o Tribunal determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3285/80 - Tomada de contas dos responsáveis pela Seção de Material e Patrimônio da Secretaria de Administração, relativa ao exercício de 1979.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 146/81, a que se juntaram elementos solicitados à Companhia de Água e Esgotos de Brasília pela Corte;

PROCESSO Nº 1049/81 - Extrato do contrato nº 349 celebrado entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e JOSÉ PEDRO JANUÁRIO, objetivando a exploração do bar-lanchonete situado no parque municipal do Gama;

PROCESSO Nº 1050/81 - Extrato do contrato nº 350 celebrado entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e ZEZIBERTH BACIOCHI CAMPOS, objetivando a apresentação de espetáculos públicos no Jardim Zoológico;

PROCESSO Nº 1121/81 - Convênio nº 0103/C/81 celebrado entre o Banco Regional de Brasília S/A e a firma UNICENTER - Indústria e Comércio de Equipamento de Escritório Ltda., objetivando a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica;

PROCESSO Nº 1264/81 - Extrato do contrato nº 22/81 celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma FILTROAC - Filtros, Acessórios e Equipamentos Elétricos Ltda., objetivando o fornecimento de material elétrico das marcas Bosch e Wapsa.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 245/81 - Prestação de contas de auxílio financeiro concedido ao Clube Mixto Lenhadores de Brasília, no valor de Cr$60.000,00.- Relevando pequenas falhas apontadas na instrução, o Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 445/81, que trata de inspeção realizada pela Corte no Banco Regional de Brasília S/A.- Ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, o Tribunal determinou diligência nos termos propostos pela Inspetoria-Geral — concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 449/81 - Contrato nº 004/81-ASPR/CEB celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma W.L. de Oliveira & Companhia Ltda., objetivando a execução de serviços de construção de Linha de Distribuição Rural.- Acolhendo as razões expostas pela Inspetoria-Geral, o Tribunal determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 851/81 - Aposentadoria do servidor ANDRÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA;

PROCESSO Nº 871/81 - Aposentadoria do servidor ANTONIO BATISTA DE LIMA;

PROCESSO Nº 892/81 - Aposentadoria da servidora MARIA APARECIDA PEREZ;

PROCESSO Nº 895/81 - Aposentadoria do servidor JOSÉ LOPES DA SILVA;

PROCESSO Nº 903/81 - Aposentadoria do servidor SANTOS LEITE AGUIAR.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 1010/81 - Nota de empenho nº 139/81-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Administração.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

RELATADOS PELO AUDITOR MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA

PROCESSO Nº 3973/79 - Aposentadoria do servidor JUVÊNCIO FERNANDES GUIMARÃES.- O Tribunal julgou legal a concessão, nos termos do parecer da Procuradoria-Geral de fls. 65.

PROCESSO Nº 2319/80 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, exercício de 1979.- Decidiu o Tribunal acolher as sugestões contidas no parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 3331/80 - Tomada de contas especial para apurar irregularidades ocorridas no Departamento de Revenda de Material Agropecuário da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 414/81 - Representação da Inspetoria-Geral sobre atraso na remessa à Corte do balancete da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) relativo a dezembro de 1980; aos autos se juntou ofício do Senhor Diretor-Superintendente da entidade, Coronel ENI DE OLIVEIRA CASTRO, pelo qual solicita se examine a possibilidade de ser relevada a multa decorrente da inobservância de prazos.- Em face das razões alegadas, decidiu o Tribunal, em caráter excepcional, dispensar a aplicação da multa.

PROCESSO Nº 541/81, a que se juntou solicitaçao da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A (SAB) no sentido de nova prorrogação de prazo para a entrega à Corte dos balancetes relativos aos meses de fevereiro e março.- Considerando insubsistentes os motivos alegados, decidiu o Tribunal recusar o pedido e determinar a aplicação de multa ao responsável pelo atraso, nos termos do parecer do Inspetor-Geral de fls. 14.

PROCESSO Nº 1258/81 - Contrato de prestação de serviços fotográficos nº 012/81-ASPR/CEB celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB) e a firma PROMOFOTO - Comércio & Representação Ltda.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1381/81 - Ofício do Exmo. Senhor Secretário de Finanças, Dr. FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, solicitando prorrogação de prazo para a entrega à Corte dos balancetes da Administração Direta relativos aos meses de janeiro, fevereiro e março.- Decidiu o Tribunal conceder a prorrogação, na forma solicitada.

Ainda em relação aos processos de nºs. 2319/80, 3331/80 e 414/81, o Tribunal, acolhendo proposta da Dra. Procuradora-Geral, determinou o encaminhamento de cópia dos pareceres do Relator, neles emitidos, ao exame do Consultor Jurídico da Presidência.

O Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário dois processos:

— PROCESSO Nº 1667/81 - Requerimento do Auditor JESUS DA PAIXÃO REIS solicitando ao Senhor Presidente se digne mandar cancelar a licença-prêmio em cujo gozo se encontra e conceder-lhe licença para tratamento de saúde, tudo a partir de 19 do corrente, bem como proporcionar-lhe o benefício previsto no art. 154 da Lei nº 1.711/52.- O Tribunal autorizou a Presidência a deferir o pedido.

— PROCESSO Nº 1673/81 - Representação da Diretoria Geral de Administração encaminhando o anteprojeto de proposta orçamentária deste Tribunal relativa ao exercício de 1982.- Decidiu o Tribunal aprovar o anteprojeto apresentado pela Diretoria-Geral.

A seguir, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro RAUL SOARES DA SILVEIRA, para a apresentação do Relatório da Presidência sobre as atividades do Tribunal no exercício de 1980.

O Conselheiro RAUL SOARES DA SILVEIRA, durante a leitura do Relatório, destacou os aspectos principais da atuação do Tribunal em diversos setores, concluindo:

"Por todo o exposto, sentimo-nos satisfeito em proclamar que tudo no Tribunal está em ordem, tanto na área do Controle Externo quanto na esfera das atividades administrativas. Predomina o espírito de apoio, está, quanto possível, perfeita; cada Serviço se aperfeiçoa e progride, com iniciativas vantajosas para os seus dirigentes e componentes; cada seção executa e sugere dentro das atividades que lhe são próprias.

A Inspetoria-Geral de Controle Externo avança em acelerado ritmo de aperfeiçoamento, empenhada em conduzir a ação fiscalizadora a uma elevada etapa de resultados profícuos, na qualidade de órgão de atividade-fim do Tribunal.

Se não conseguimos atingir a eficácia ideal, sentimo-nos todavia satisfeito em verificar que o Tribunal, por intermédio de seus representantes, em cada área de atuação, se acha voltado para alcançá-la.

O Tribunal, no plano moral superior em que se coloca, com a maior convicção dos altos deveres e dentro de rigorosa linha de conduta, — é um espelho, que não desmerece as instituições deste gênero.

Agradecemos muito cordialmente a Vossas Excelências, Senhores Conselheiros e Auditores, a solidariedade com que sempre nos honraram nos momentos difíceis na solução dos problemas com que deparamos. Igualmente somos grato à Douta Procuradora-Geral e aos Senhores Procuradores, os quais de modo notável concorreram para o êxito dos nossos julgamentos e se desincumbiram da árdua tarefa de zelar pelo erário público.

Esta Presidência, de igual modo, não pode deixar de destacar a lealdade e a eficiência com que foi assessorada pelos Senhores Inspetor-Geral de Controle Externo, Diretor-Geral de Administração, Secretário das Sessões e Assessores do Gabinete da Presidência.

Agradecemos, ainda, a todos os que compõem o quadro funcional do Tribunal, pela cooperação cheia de boa vontade e de dedicação demonstrada no desempenho de suas funções.

Antes de concluirmos, apraz-nos realçar o entendimento perfeito e cordial, reinante entre o Tribunal e os órgãos da Administração do Governo do Distrito Federal, timbrando estes, compreensivamente, em cumprir e fazer cumprir, a rigor, as decisões que defluem da ação exercida em nossa esfera de competência. O apoio e a colaboração que esta Corte tem recebido dos titulares do executivo local, entre os quais justo é se distinguir o Excelentíssimo Senhor Governador, cuja alta compreensão dos encargos cometidos a um Tribunal de Contas muito tem facilitado o cumprimento da sua ação fiscalizadora.

Feito o balanço das atividades do Tribunal, durante o exercício de 1980, queremos, por último, ressaltar que um dos nossos principais objetivos no exercício da Presidência foi procurar contribuir, de forma decisiva, para a reorganização de diversos setores importantes da Corte, mediante a adoção de várias medidas de ordem administrativa, de forma a melhor instrumentalizar, racionalizar e dinamizar os serviços, quer no âmbito das atividades-fim, quer no das atividades-meio.

Tendo em vista que a continuidade administrativa nesta Casa tem sido uma constante, estamos certo de que os resultados profícuos desse trabalho serão obtidos, pelos nossos sucessores, ao longo dos exercícios subseqüentes.

Essa será a nossa melhor recompensa pelo esforço despendido".

Os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO e ROGÉRIO NUNES, os Auditores RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO pediram a palavra, sucessivamente, para afirmar, em síntese, que a gestão do Conselheiro RAUL SOARES DA SILVEIRA, refletida de maneira exata no minucioso Relatório, comprovou seu conhecido talento de administrador zeloso e eficiente.

O Senhor Presidente, ao declarar aprovado o Relatório, concordando com as opiniões de seus pares sobre a equilibrada e eficaz atuação do Conselheiro RAUL SOARES DA SILVEIRA, salientou ainda que soube Sua Excelência manter o salutar clima de concórdia existente nesta Casa.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ WAMBERTO
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
ROGÉRIO NUNES
RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA
MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA
ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONVÊNIO Nº 050 /81 CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS E A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB, REGULANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE ESGOTOS SANITÁRIOS NO CONJUNTO HABITACIONAL ' SETOR "P" NORTE DE TAGUATINGA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e um (1981), no Palácio do Buriti, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei 3.751, de abril de 1960, e por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA, doravante denominada simplesmente ' CAESB, no ato representada por seu Superintendente ARNALDO CORRÊA RABELO, brasileiro, casado, Técnico de Administração, residente' e domiciliado nesta Capital, e pelo Diretor Administrativo e Financeiro LEVI LOPES DE MORAES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, usando das atribuições que lhe confere o Art. 20, Inciso I, combinado com o Art. 6º Inciso III, do atual Estatuto Social da CAESB, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 13 de fevereiro de 1980, publicada no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal de 24 de março de 1980, e de acordo com autorizações dadas pela Diretoria da Empresa e Conselho de Administração, em suas 567a. e 640a. Sessões, realizadas em 14 e 15 de maio de 1981, respectivamente, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, incumbe à CAESB a execução dos serviços de Implantação de Esgotos Sanitários no Conjunto Habitacional Setor "P" Norte de Taguatinga. PARÁGRAFO ÚNICO - Os serviços a que se refere esta Cláusula, compreendem: a) Redes; b) Tampões e c) Emissários. CLÁUSULA SEGUNDA - Todos os atos necessários à execução ' das obras, objeto deste Convênio, são outorgados pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, à CAESB, a qual poderá, para tanto contratar com terceiros, por empreitada ou administração, executar diretamente se assim julgar conveniente , realizar e aprovar licitações, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste, obedecidas a Legislação e Normas vigentes na CAESB. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor do presente Convênio fica estimado em Cr$. 818.578.992,06 (oitocentos e dezoito milhões, quinhentos e setenta e oito mil, novecentos e noventa e dois cruzeiros e seis centavos) correspondente a 932.471 UPCs, com valor unitário de Cr$ 877,86 (oitocentos e setenta e sete cruzeiros e oitenta e seis centavos), reajustado ' trimestralmente, segundo o valor da UPC, em conformidade com o Convênio CVN 0072/80 e Contrato de Empréstimo CTN 0466/81, firmados entre o BNH, BRB S/A e o DISTRITO FEDERAL, em 25 de novembro de 1980 e 06 de maio de 1981, respectivamente, nesse sentido e Programa da Secretaria de Viação e Obras. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância estipulada nesta Cláusula será aplicada nos exercícios de 1981/1982, na forma a seguir discriminada: a) Cr$.447.335.509,50 (quatrocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e nove cruzeiros e cinquenta centavos) que corresponde a 509.575 UPCs, para 1981; b) Cr$.371.243.482,56 (trezentos e setenta e um milhões, duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e dois cruzeiros e cinquenta e seis centavos) que corresponde a 422.896 UPCs, para 1982, conforme estabelece o Anexo I - Cronograma Financeiro, do Contrato de Empréstimo citado. Esses recursos serão repassados pelo BNH e incorporados ao Orçamento do DISTRITO FEDERAL, nos exercícios indicados. CLÁUSULA QUARTA - O valor previsto para 1981, Cr$.447.335.509,50 (quatrocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e nove cruzeiros e cinquenta centavos) é procedente do Orçamento do DISTRITO FEDERAL, para o corrente ' exercício, Lei 6.873, de 03 de dezembro de 1980, correndo as despesas à conta do Elemento: 4.1.1.0 - Obras e Instalações, Função: 16 - Transporte, Programa: 91 - Transporte Urbano, Subprograma: 575 - Vias Urbanas, Projeto: SVO/1101 - Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização, conforme Nota de Empenho nº 058/81-SVO, emitida pela Secretaria de Viação e Obras ' no valor global de Cr$.447.335.509,50 (quatrocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e nove cruzeiros e cinquenta centavos). PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos ' para 1981, no valor de Cr$ 447.335.509,50 (quatrocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e nove cruzeiros e cinquenta centavos), serão assim distribuidos: a) Cr$ 442.862.154,40 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e quatro cruzeiros e quarenta centavos) para fazer face as despesas com as obras deste Convênio; b) Cr$4.473.355,10 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e cinco cruzeiros e dez centavos), referente a 1% (um por cento) do valor empenhado, para pagamento da Taxa de Administração ao BNH, conforme prevê as Normas Operacionais daquele Órgão integrantes do Convênio e Contrato de Empréstimo citados. CLÁUSULA QUINTA - A importância de Cr$ 442.862.154,40 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e quatro cruzeiros e quarenta centavos) já excluída a Taxa de Administração de 1% (um por cento) para pagamento ao BNH, será entregue pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, à CAESB, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro das Obras, aprovado pela Secretaria de Viação e Obras, em parcelas, mediante a apresentação de faturas, no fim de cada etapa, devidamente atestada pelo Executor do Convênio, conforme determinam as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA SEXTA - Passarão a fazer parte deste instrumento, independentemente de transcrição, as Notas de Empenho a serem emitidas pela Secretaria de Viação e Obras, referentes ao reajustamento das UPCs, uma vez publicados no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal os Decretos de Créditos Adicionais correspondentes, bem como da parcela prevista para 1982, referida no Parágrafo Único da Cláusula Terceira. PARÁGRAFO ÚNICO - Das Notas de Empenho mencionadas nesta Cláusula, será destinado do total de cada uma, a importância que corresponda ao percentual de 1% (um por cento), para os fins estipulados no Parágrafo Único, Letra b, da Cláusula Quarta. CLÁUSULA SÉTIMA - A CAESB manterá o quantitativo em conta corrente a ser aberta no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente Convênio. ' CLÁUSULA OITAVA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, pagará a CAESB, pela execução do presente Convênio, Taxa de Administração de 4% (quatro por cento), calculada sobre o custo dos serviços efetivamente realizados. CLÁUSULA NONA - Os serviços objeto do presente Convênio serão ' precedidos de Orçamento de Custo, elaborado pela CAESB, com notificação da Secretaria de Viação e Obras e só deverão ter início após expedir a respectiva ' Ordem de Serviço, através do Departamento de Programação e Controle de Obras. CLÁUSULA DÉCIMA - A CAESB fica dispensada do recolhimento da caução para garantia da boa execução dos serviços. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Após a realização das licitações a CAESB encaminhará ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, o Cronograma de Desembolso Global do Convênio . PARÁGRAFO ÚNICO - Em nenhuma hipótese será pago serviço que não esteja previsto no Cronograma de Desembolso mencionado nesta Cláusula. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Para cumprimento do disposto nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes, fica designado com Executor do presente Convênio, o Departamento de Programação e Controle de Obras da Secretaria de Viação e Obras, podendo, o mesmo, requisitar à CAESB todos os elementos que considerar necessário à execução de suas tarefas. CLÁUSULA DÉCIMA TER-

CEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, poderá indicar representante junto a Comissão Permanente de Licitações da CAESB, para participar como membro do julgamento de propostas relativas a serviços a serem executados à conta deste Convênio. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A CAESB prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, mensalmente, das importâncias que lhe forem entregues, fazendo constar nos respectivos extratos, o número da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente instrumento poderá ser aditado, prorrogado, alterado ou rescindido por mútuo acordo de vontades dos convenentes, bastando para tanto, que o interessado se manifeste, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da CAESB, expirando-se em 31 de dezembro de 1982. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)_____
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.)_____
JOSÉ CARLOS MELLO

PELA CAESB (as.)_____
ARNALDO CORRÊA RABELO

(as.)_____
LEVI LOPES DE MORAES

TESTEMUNHAS (as.)_____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

(as.)_____
ANTONIO DUARTE DIAS

VISTO
EM 29/05/1981

JÚLIO CESAR SANTOS
L' Subprocurador Geral do Distrito Federal

CONVÊNIO Nº 051/81 CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, REGULANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS CEILÂNDIA III ETAPA E SETOR "P" NORTE DE TAGUATINGA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e um (1981), no Palácio do Buriti, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Presidente EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, Arquiteto, residente e domiciliado nesta Capital e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa, em suas 1.633a. e 1.503a. Sessões, realizadas em 15 e 19 de maio de 1981, respectivamente, resolvem firmar o presente Convênio mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, incumbe à NOVACAP, a execução de obras de Infraestrutura nos Conjuntos Habitacionais Ceilândia III Etapa e Setor "P" Norte de Taguatinga. PARÁGRAFO ÚNICO - As obras de Infraestrutura, referidas nesta Cláusula, serão assim distribuídas: I) para o Conjunto Habitacional Ceilândia III Etapa: Drenagem Pluvial; II) Para o Conjunto Habitacional do Setor "P" Norte de Taguatinga: Terraplenagem, Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Simples, Meios-fios e Drenagem Pluvial. CLÁUSULA SEGUNDA - Todos os atos necessários à execução das obras, objeto do presente Convênio, são outorgados pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, à NOVACAP, a qual poderá, para tanto, contratar com terceiros, por empreitada ou administração, executar diretamente, se assim julgar conveniente, realizar e aprovar licitações, efetuar pagamentos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste, obedecidas a Legislação e Normas vigentes na NOVACAP. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor do presente Convênio fica estimado em Cr$ 985.423.307,94 (novecentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e sete cruzeiros e noventa e quatro centavos), correspondente a 1.122.529 UPCs, com o valor unitário de Cr$ 877,86 (oitocentos e setenta e sete cruzeiros e oitenta e seis centavos), reajustado trimestralmente, segundo o valor da UPC, em conformidade com o Convênio CVN 0072/80 e Contrato de Empréstimo CTN 466/81, firmado entre o BNH, BRB/SA e o DISTRITO FEDERAL, em 25/11/80 e 06/05/81, respectivamente, nesse sentido e Programa da Secretaria de Viação e Obras. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância estipulada nesta Cláusula será aplicada nos exercícios de 1981 e 1982, na forma a seguir discriminada: a) Cr$ 430.524.490,50 (quatrocentos e trinta milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa cruzeiros e cinquenta centavos), que corresponde a 490.425 UPCs, para 1981; b) Cr$ 554.898.817,44 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e dezessete cruzeiros e quarenta e quatro centavos), que corresponde a 632.104 UPCs, para 1982; conforme estabelece o Anexo I - Cronograma Financeiro, do Contrato de Empréstimo citado. Esses recursos serão repassados pelo BNH e incorporados ao Orçamento do Distrito Federal, nos exercícios indicados. CLÁUSULA QUARTA - O valor previsto para 1981, Cr$ 430.524.490,50 (quatrocentos e trinta milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa cruzeiros e cinquenta centavos) é procedente do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício, Lei nº 6.873, de 03 de dezembro de 1980, correndo as despesas à conta do ELEMENTO: 4.1.1.0 - Obras e Instalações: Função: 16 - Transporte; Programa: 91 - Transporte Urbano; Subprograma: 575 - Vias Urbanas; Projeto: SVO/1101-Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização, conforme Nota de Empenho nº 57/81-SVO, no valor global de Cr$ 430.524.490,50 (quatrocentos e trinta milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa cruzeiros e cinquenta centavos), emitida Pela Secretaria de Viação e Obras. PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para 1981, no valor de Cr$ 430.524.490,50 (quatrocentos e trinta milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa cruzeiros e cinquenta centavos), serão assim distribuídos: a) Cr$.. 426.219.245,59 (quatrocentos e vinte e seis milhões, duzentos e dezenove mil, duzentos e quarenta e cinco cruzeiros e cinquenta e nove centavos) para fazer face as despesas com as obras objeto deste Convênio; b) 4.305.244,91 (quatro milhões, trezentos e cinco mil, duzentos e quarenta e quatro cruzeiros e noventa e hum centavos) referente a 1% (um por cento) para pagamento de Taxa de Administração ao BNH, conforme prevê as Normas Operacionais daquele Órgão, integrantes do Convênio e Contrato de Empréstimo citados. CLÁUSULA QUINTA - A importância de Cr$ 426.219.245,59 (quatrocentos e vinte e seis milhões, duzentos e dezenove mil, duzentos e quarenta e cinco cruzeiros e cinquenta e nove centavos) já excluída a Taxa de Administração de 1% (um por cento) para pagamento ao BNH, será entregue pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, à NOVACAP, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro das obras, aprovado pela Secretaria de Viação e Obras, em parcelas, mediante a apresentação de faturas no fim de cada etapa, devidamente atestadas pelo Executor do Convênio, conforme determinam as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA SEXTA - Passarão a fazer parte deste Instrumento, independentemente de transcrição, as Notas de Empenho a

serem emitidas pela Secretaria de Viação e Obras, referentes ao reajustamento das UPCs, uma vez publicados no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal os Decretos de Créditos Adicionais correspondentes, bem como da parcela prevista para 1982, referida no Parágrafo Único da Cláusula Terceira. PARÁGRAFO ÚNICO - Das Notas de Empenho mencionadas nesta Cláusula, será destinado do total de cada uma delas, a importância que corresponda ao percentual de 1% (um por cento), para os fins estipulados no Parágrafo Único, Letra b, da Cláusula Quarta. CLÁUSULA SÉTIMA - A NOVACAP manterá o quantitativo recebido em Conta Corrente a ser aberta no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente Convênio. CLÁUSULA OITAVA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, pagará à NOVACAP, pela execução do presente Convênio Taxa de Administração de 4% (quatro por cento) calculada sobre o valor dos serviços efetivamente realizados. CLÁUSULA NONA - Os serviços, objeto do presente ajuste serão precedidos de Orçamento de Custo elaborado pela NOVACAP, mediante notificação da Secretaria de Viação e Obras e só deverão ter início, após esta expedir a respectiva Ordem de Serviço, através do Departamento de Programação e Controle de Obras. CLÁUSULA DÉCIMA - A NOVACAP fica dispensada do recolhimento de Caução para garantia da boa execução dos serviços. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Após a realização das licitações a NOVACAP encaminhará ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, o Cronograma de Desembolso global do Convênio. PARÁGRAFO ÚNICO - Em nenhuma hipótese será aceito serviço que não esteja previsto no Cronograma de Desembolso mencionado nesta Cláusula. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica designado como EXECUTOR do presente Convênio, o Departamento de Programação e Controle de Obras da Secretaria de Viação e Obras, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, poderá indicar representante junto a Comissão Permanente de Licitação da NOVACAP para participar, como membro, do julgamento de propostas relativas a serviços a serem executados à conta deste Convênio. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A NOVACAP prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, mensalmente, das importâncias que lhe forem entregues fazendo constar nos respectivos extratos o número da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Cabe ainda, à NOVACAP a prestação de contas final ao Tribunal de Contas do Distrito Federal. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O presente instrumento poderá ser aditado, prorrogado, alterado ou rescindido por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP, expirando-se em 31 de dezembro de 1982. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) _____
JOSÉ CARLOS MELLO

PELA NOVACAP : (as.) _____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS : (as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

(as.) _____
ANTONIO DUARTE DIAS

VISTO
EM 29/05/1981
JÚLIO CÉSAR SANTOS
1º Subprocurador Geral do Distrito Federal

CONVÊNIO Nº 052/81, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO DE DIVERSAS OBRAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e um (1981), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso da competência que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras e pelo Coronel BM MANOELITO LEMOS BARRETO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e do outro a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, Empresa Pública, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento- Trecho de Serviços Públicos, Lote "B", doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada pelo seu Diretor Presidente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE e pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, Advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atual Estatuto Social e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa em suas 1.634a. e 1.504a. Sessões, realizadas em 20 e 21 de maio de 1981, respectivamente, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as seguintes Cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este Instrumento, o DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, incumbe à NOVACAP a execução das seguintes obras e serviços: 1-projeto do tanque de mergulho; 2- construção do tanque de mergulho no CeFAE; 3 - projeto das piras; 4 - construção das piras no CeFAE; 5- projeto das torres; 6 - projeto do Quartel de Ceilândia; 7- Construção do Quartel de Ceilândia; 8 - construção do Pavilhão de Alojamentos para Oficiais e Sargentos; 9- Projeto do Ginásio de Esportes; 10 - construção do Ginásio de Esportes; 11 - projeto do Pavilhão Auditório; 12 - construção do Pavilhão Auditório; 13 - Projeto de pistas de aplicação; 14 - construção de pistas de aplicação; 15 - Projeto de ampliação do prédio do Comando; 16 - construção da ampliação do prédio do Comando no QCG; 17 - projeto de garagem; 18 - construção da Garagem no QCG; 19 - projeto do Laboratório; 20 - construção do Laboratório no QCG; 21 - construção das torres; 22 - projeto do Quartel de Brazlândia; 23 - Projeto do Quartel de Planaltina; 24 - construção do Quartel de Planaltina; 25 - Construção do Quartel do Guará I; 26 - construção do Quartel do Cruzeiro; 27 - construção do Quartel do Guará II; 28 - projeto do Quartel do Lago Sul; 29 - construção do Quartel do Lago Sul; 30 - projeto do Quartel do SAI/N; 31 - construção do Quartel do SAI/N; 32 - projeto do Corpo de Guarda do QCG; 33 - construção do Corpo de Guarda do QCG; 34 - projeto do Quartel de Taguatinga Norte; 35 - construção do Quartel de Taguatinga Norte; 36 - construção do Quartel de Taguatinga Sul; 37 - construção do Quartel do Lago Norte; 38 - construção do Segundo Quartel de Ceilândia; 39 - construção do Terceiro Quartel de Ceilândia; 40 - projeto do Pavilhão de Alojamentos; 41 - construção do Pavilhão de Alojamentos do QCG; 42- projeto da Capela; 43 - construção da Capela do QCG; 44 - projeto do Pavilhão Auditório; 45 - construção do Pavilhão Auditório do QCG; 46 - projeto do Pavilhão de Enfermarias da Policlínica; 47 - construção do Pavilhão de Enfermarias da Policlínica; 48 - Projeto do incinerador; 49 - construção do incinerador; e 50 - construção de lavanderia. PARÁGRAFO ÚNICO - O DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, fornecerá à NOVACAP os anteprojetos das obras a serem executadas. CLÁUSULA SEGUNDA - Todos os atos necessários à execução das obras, objeto do presente Convênio, são outorgados pelo DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, à NOVACAP, a

qual poderá, para tanto, contratar com terceiros, por empreitada ou administração, executar diretamente, se assim julgar conveniente, realizar e aprovar licitações, efetuar pagamentos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste, obedecidas a legislação e normas vigentes na NOVACAP. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor do presente Convênio fica estimado em Cr$ 39.700.000,00 (trinta e nove milhões e setecentos mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei nº 6.873, de 03 de dezembro de 1980, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária - Elemento: 4.1.1.0- Obras e Instalações - Prossegui mento de obras; Função 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública; Programa 30 - Segurança Pública, Subprograma 178 - Def. contra' sinistros; PROJETO 1135 - Plano de Edificações do CBDF, conforme Nota de Empenho nº 131/81, emitida pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, alterada pela Nota de Empenho nº 001 /81, emitida pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. CLÁUSULA QUARTA - Os recursos previstos na Cláusula anterior, serão entregues pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, à NOVACAP, em parcelas, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro ' das obras, atestada cada etapa pelo Executor deste Convênio, conforme determinam as Normas de Execução Orçamentária e Financei - ra vigentes. CLÁUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, pagará à NOVACAP a taxa de 10% (dez por cento) a título de administração, calculada sobre o custo real dos serviços efetivamente executados. PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da taxa de administração mencionado nesta Cláusula, poderá ser debitado pela NOVACAP à conta vinculada referida' na Cláusula Sexta. CLÁUSULA SEXTA - A NOVACAP manterá o quantitativo recebido em conta corrente a ser aberta no Banco Regional ' de Brasília S/A - Agência PEPS/NOVACAP; vinculada aos fins estipulados no presente Convênio. CLÁUSULA SÉTIMA - Após a realização das licitações a NOVACAP encaminhará ao DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o Cronograma ' de Desembolso Global do Convênio. PARÁGRAFO ÚNICO - Em nenhuma ' hipótese será aceito serviço que não esteja previsto no Cronograma de Desembolso mencionado nesta cláusula. CLÁUSULA OITAVA - A NOVACAP prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, trimestralmente, das importâncias que lhe forem entregues. CLÁUSULA NONA - A NOVACAP apresentará ' ao DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros do Distrito ' Federal, relatório final detalhado dos serviços executados, acompanhado do respectivo balanço geral. CLÁUSULA DÉCIMA - Cabe ainda à NOVACAP a prestação de contas final do Tribunal de Contas do Distrito Federal. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A NOVACAP fica dispensada do recolhimento de caução em garantia pela boa execução dos serviços. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, fornecerá previamente à NOVACAP o Plano de Implantação de Obras e Serviços a serem executados. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Caso seja necessário o remanejamento de redes públicas de luz, água, galerias pluviais, telefones e esgotos, o custo desses serviços correrá à conta deste convênio. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A supervisão técnica das obras a serem executadas ficará a cargo da Secretaria de Viação e Obras, nos termos do Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1980. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O presente Convênio poderá ser prorrogado, renovado, aditado, alterado ou rescindido por mútuo acordo dos convenentes, bastando para tanto, que o interessado se manifeste por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O prazo de vigência do presente Convênio será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual ' foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) _____
JOSÉ CARLOS MELLO

(as.) _____
MANOELITO LEMOS BARRETO

PELA NOVACAP : (as.) _____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS : (as.) _____
ALICÉ DE PAULA SILVEIRA

VISTO EM 29/05/1981 (as.) _____
NIVALDA LIMA SILVA

/bcr

JÚLIO CÉSAR SANTOS
1º Subprocurador Geral do Distrito Federal

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº TP-016/81-CAESB PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E CÂMARAS DE AR, COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA RUBRICA 3.1.2.0 – MATERIAL DE CONSUMO.

Chamamos a atenção dos interessados para a TOMADA DE PREÇOS Nº TP-016/81-CAESB, em referência, que a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB, fará realizar no dia 16 de junho de 1981, às 15 horas, na Sala de Licitações no 2º andar do Edifício-Sede da CAESB, à Quadra 04, Bloco "A", nºs 67/97, Setor Comercial Sul, em Brasília-DF.

O Edital, as Especificações e as Normas referentes à Licitação em pauta poderão ser adquiridos no Departamento de Material, no 2º andar do Edifício-Sede da CAESB, e quaisquer informações adicionais a respeito do Edital serão prestadas pela Divisão de Compras, no mesmo local.

Brasília, 28 de maio de 1981
IVANIR BATISTA
Comissão de Licitação
Presidente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DER-DF
AVISO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/81

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DER-DF, comunica aos interessados que a reunião referente ao Edital de Concorrência nº 002/81, foi adiada para o dia 30 de junho de 1981, no mesmo horário e local devido alterações havidas no mesmo.

Brasília, 27 de maio de 1981.
PAULO CARDOZO
Comissão de Licitação
-Presidente-

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
EDITAL Nº 20/81-DRS

O DIRETOR DA DIVISAO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA/SEF, considerando que se esgotaram as formas indicadas nos incisos I e II do artigo 246 da Lei 4.191/62, sem que se localizasse a firma ADAO DE SOUSA COSTA, *no endereço abaixo mencionado (constante do Cadastro Fiscal)*, caracterizando-se desta forma desconhecido e incerto o seu domicilio fiscal, TORNA PUBLICA a lavratura do Auto de Infração e Apreensão nº 11955, de 25 de março de 1 981, assim carcterizado: "Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de 1 981, na Divisão da Receita de Sobradinho, onde me achava no exercicio da Fiscalização de Tributos do Distrito Federal, verifiquei que a firma ADÃO DE SOUSA COSTA, inscrição nº 07.068.295-0, estabelecida na Q. 01, Conj. D, Lote 21, Planaltina-DF., com negócio de Bar, infringiu o disposto nos artigos 82, item 1 do regulamento do ICM, Decreto nº 3992/77, pela constatação das seguintes irregularidades: Deixou de recolher o "ICM" no valor de Cr$ 3.461,49 (três mil, quatrocentos e sessenta e um cruzeiros e quarenta e nove centavos) no ex. de 1979, conforme demonstrativo abaixo:

ICM creditado	ICM debitado	ICM devido	ICM a recolher	Período Ex. 1979	
476,85	975,37	498,52	498,52	498,52	Novembro
2834,13	5797,10	2962,97	2962,97	2962,97	Dezembro
			Total	3461,49	

Pelo que lavrei o presente Auto de Infração e Apreensão em 04 (quatro) vias, assinado por mim, MESSIAS DA COSTA MONTEIRO FILHO, Fiscal de Tributos". Desta forma, CIENTIFICO: a infratora qualificada de que dispõe de 20 (vinte) dias para apresentar defesa escrita acompanhada das provas que entender necessárias, conforme preceituam os artigos 247, item III e 252 da Lei 4.191/62. Em não o fazendo no prazo legal, será declarada REVEL e os autos conclusos à Primeira Instância para Julgamento.

Brasília, 20 de maio de 1 981
FABIO TEIXEIRA ALVES
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
EDITAL Nº 21/81-DRS

O DIRETOR DA DIVISAO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA/SEF, considerando que se esgotaram as formas indicadas nos incisos I e II do artigo 246, da Lei 4.191/62, sem que se localizasse a firma CASA BEZERRA COM. TECIDOS ARMARINHOS LTDA., no endereço abaixo mencionado (constante do Cadastro Fiscal), caracterizando-se desta forma desconhecido e incerto o seu domicilio fiscal, TORNA PUBLICA a lavratura do Auto de Infração e Apreensão nº 27796, de 20 de maio de 1 980, assim caracterizado: "Aos vinte dias do mês de maio do ano de 1 980, na Divisão da Receita de Sobradinho, às 14:30 horas, onde me achava no exercicio da Fiscalização de Tributos do Distrito Federal, verifiquei que a firma CASA BEZERRA COM. TECIDOS ARMARINHOS LTDA. inscrição nº 07058316-1, estabelecida na Q. 12 CL 11, Loja 04, Sobradinho-DF, com negócio de venda Tecidos e Armarinhos, infringiu o disposto nos artigos 60 item III, 64, 82 item I, 104 parágrafos 2º - 3º e seus intens, 118 parágrafo único, do regulamento baixado pelo Decreto 3.992, de 13/12/77, pela constatação das seguintes irregularidades: Deixou de recolher o ICM: a) Devidamente lançado dez. /78 Cr$ 3.251,94, e janeiro/79 Cr$ 3.606,98; b) Correspondente à 6ª parcela, no valor de Cr$ 8.774,42, incidente sobre o fundo de estoque quando da sua opção pelo RERS, e vencida em 28/02/79; c) Incidente sobre valores, tributáveis de Cr$ 51.092,44 (ICM Cr$ 3.340,65) mês de agosto/78 e Cr$ 27.180,98 (ICM Cr$ 1.777,21) mês de março/79, originados de 03 notas fiscais não lançadas, d) Paralisou as atividades da firma sem comunicar a repartição fiscal e sem pedir baixa, no prazo previsto no Decreto 3.992, e) Deixou de registrar 03 notas fiscais de compras de mercadorias tributáveis, no livro fiscal próprio. Total do ICM a ser recolhido: Cr$ 20.751,20 (vinte mil, setecentos e cinquenta e um cruzeiros e vinte centavos), mais as penalidades cabiveis, tudo de acordo com os demonstrativos anexos.

Pelo que lavrei o presente Auto de Infração e Apreensão em 04 (quatro), vias, assinado por mim, EURIPEDES GONÇALVES, Fiscal de Tributos". Desta forma, CIENTIFICO a infratora qualificada de que dispõe de 20 (vinte), dias para apresentar defesa escrita acompanhada das provas que entender necessárias, conforme preceituam os artigos 247, item III e 252 da Lei 4.191/62. Em não o fazendo no prazo legal, será declarada REVEL e os autos conclusos à Primeira Instância para Julgamento.

Brasilia, 20 de maio de 1 981
FABIO TEIXEIRA ALVES
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
EDITAL Nº 27/81-DRS

O DIRETOR DA DIVISAO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA/SEF, considerando que se esgotaram as formas indicadas nos incisos I e II do artigo 246 da Lei 4.191/62, sem que se localizasse a firma ADELAIDE DA SILVA GUIDA, no endereço abaixo mencionado (constante do Cadastro Fiscal), caracterizando-se desta forma desconhecido e incerto o seu domicilio fiscal, TORNA PUBLICA a lavratura do Auto de Infração e Apreensão nº 11760, de 11 de maio de 1 981, assim caracterizado: "Aos onze dias do mês de maio do ano de 1 981, na Divisão da Receita de Sobradinho, onde me achava no exercicio de fiscalização de Tributos do Distrito Federal, verifiquei que a firma ADELAIDE DA SILVA GUIDA, inscrição nº 07059940-8, estabelecida na Q. Central Bl. 2, Lote 12 Loja "C" - Sobradinho-DF, com negócio de BAR, infringiu o disposto no artigo 82, inciso I, do Regulamento do ICM aprovado pelo Decreto 3.992, de 13.12.1977, pela constatação das seguintes irregularidades: Deixou de recolher o ICM lançado no valor de Cr$ 2.077,02 (dois mil, setenta e sete cruzeiros e dois centavos), no exercicio de 1979, conforme discriminação abaixo e o constante do demonstrativo em anexo que passa a fazer parte integrante do presente AUTO:

SETEMBRO/79	-	Cr$	165,28
OUTUBRO/79	-	Cr$	995,39
NOVEMBRO/79	-	Cr$	467,99
DEZEMBRO/79	-	Cr$	448,36
TOTAL.....		Cr$	2.077,02

Pelo que lavrei o presente Auto de Infração e Apreensão em 04 (quatro) vias, assinado por mim, ANTONIO RANGEL BASTOS, Fiscal de Tributos". Desta forma, CIENTIFICO a infratora qualificada de que dispõe de 20 (vinte) dias para apresentar defesa escrita acompanhada das provas que entender necessárias, conforme preceituam os artigos 247, item III e 252 da Lei 4.191/62. Em não o fazendo no prazo legal, será declarada REVEL e os autos conclusos à Primeira Instância para Julgamento.

Brasilia, 20 de maio de 1 981
FABIO TEIXEIRA ALVES
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS – NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 038/81-CPL, PARA EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DE FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE MEIOS-FIOS, NA CIDADE SATÉLITE DO GAMA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, ou portadoras do Certificado de Regularidade Jurídico Fiscal – CRJF., e que obedeçam às prescrições contidas no Edital para a licitação em epígrafe, que será realizada às 10:30 horas do dia 09 de junho de 1981, na sala de licitações, no 1º andar do Bloco "B" do Conjúnto Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, no 1º andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da Companhia, situado no Setor de Áreas Públicas - SAP.

Brasília, 27 de maio de 1981
ALTIMIRA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/PRES
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 039/81-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA INCLUINDO EVENTUAL TERRAPLENAGEM, REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO, ESTABILIZAÇÃO DE SUB-BASE E BASE EM CASCALHO, IMPRIMAÇÃO E CAPA ASFÁLTICA, EM PLANALTINA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, ou portadoras do Certificado de Regularidade Jurídico Fiscal-CRJF., e que obedeçam às prescrições contidas no Edital para a licitação em epígrafe, que será realizada às 14:30 horas do dia 09 de junho de 1981, na sala de licitações, no 1º andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, no 1º andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da Companhia, situado no Setor de Áreas Públicas - SAP.

Brasilia, 27 de maio de 1981
ALTIMIRA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 040/81-CPL, PARA EXECUÇÃO SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS QUADRAS 04, 06, 07 e 20 DO SETOR OESTE, ALÉM DE OUTROS SETORES NA CIDADE SATÉLITE DO GAMA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, ou portadoras do Certificado de Regularidade Jurídico Fiscal – CRJF., e que obedeçam às prescrições contidas no Edital para a licitação em epígrafe que será realizada às 16:30 horas do dia 09 de junho de 1981, na sala de licitações, no 1º andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, no 1º andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da Companhia, situado no Setor de Áreas Públicas - SAP.

Brasilia, 27 de maio de 1981
ALTIMIRA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 041/81-CPL, PARA EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS QUADRAS: 19, 20, 27, 28 e 29 NO SETOR LESTE, ALÉM DE OUTROS SETORES, NA CIDADE SATÉLITE DO GAMA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, ou portadoras do Certificado de Regularidade Jurídico Fiscal -CRJF., e que obedeçam às prescrições contidas no Edital para a licitação em epígrafe que será realizada às 10:30 horas do dia 10 de junho de 1981, na sala de licitações, no 1º andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, no 1º andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da Companhia, situado no Setor de Áreas Públicas - SAP.

Brasilia, 27 de maio de 1981
ALTIMIRA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO Nº 045/81-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, torna pública a relação nominal dos participantes do "Curso de Relações Públicas", realizado no período de 27.04 a 08.05.81, conforme Edital nº 037/81 - IDR.

Nº DE ORDEM	NOME
01	ANA FERREIRA LOPES
02	ARMINDA MORAES FULGÊNCIO
03	DIVA HELENA THOMAZELLI BELARMINO
04	GUIOMAR OLIVEIRA ALVARES DA SILVA
05	ILDETE ALVES MENDONÇA
06	JOSÉ AMORIM MARTINS
07	LUCILENE MARIA VIEIRA
08	LUIZ CARLOS GOMES RAMOS
09	LUZANIRA LIMA CANDEIRA
10	MARIA DE FATIMA MOTTA GARCIA
11	MARIA DE LOURDES BATISTA RAMALHO
12	MARIA IVETE XAVIER
13	MARILDA DE FATIMA ROSA
14	MARIZA CONSUÉLO FIGUEIREDO SÉRGIO
15	TERESINHA DE MELO

Brasília, 29 de 05 de 1981
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO Nº 046/81-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, torna pública a relação nominal dos participantes do "Curso de Relações Humanas", realizado no período de 27.04 a 08.05.81, conforme Edital nº 034/81 - IDR.

Nº DE ORDEM	NOME
01	ELIZABETE RODRIGUES DA SILVA
02	ELZA PIRES MOREIRA
03	JOEL ALVES RODRIGUES
04	JOSÉ BATISTA LIMA
05	JÚLIA ANDRADE LIMA
06	LUIZ ALBERTO RODRIGUES
07	MARIA CELESTE BRAGA TOMÉ
08	MARIA CONSUÊLO FEITOSA
09	MARIA DE LOURDES CUOCO PORTUGAL
10	MARIA DE LOURDES DA FONSECA FIALHO
11	MARIA ELVIRA ARAÚJO REZENDE
12	MARIA LÚCIA MARTINS PINHA
13	MARISA BRASILIENSE DE ASSUNÇÃO
14	SALOMÃO NERY

Brasília, 29 de 05 de 1981
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO Nº 047/81-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, torna pública a relação nominal dos participantes do Programa "Grupo de Vivência em Análise Transacional", realizado no período de 11.05 a 20.05.81, conforme Edital nº 052/81-IDR.

GRUPO "B"

Nº ORDEM	NOME
01	ALZIRA GUEDES COSTA BARBOSA
02	ARLETE DO ROSARIO COSTA
03	DELMA DE JESUS FIGUEIREDO NÓBREGA
04	DINÍZIO ANTONIO DA CRUZ
05	GERALDA RODRIGUES ARRAES
06	GERALDO ULYSSES VIANA
07	LÚCIA FRATINI GONÇALVES RAMOS
08	MARIA LUCIA DE ABREU HANRIOT
09	MARIA MADALENA ANDRADE FARIA
10	NEYDE SALLES BAGETTI
11	RAIMUNDA BARROS CORREIA
12	REGINA GLÓRIA SILVEIRA SOUZA
13	RENATO MOREIRA DE FARIA
14	RITA DE CASSIA MENDES
15	SANDRA MARIA FERREIRA BRITO
16	YUNG SIL PAK

Brasília, 29 de 05 de 1981
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

EDITAL Nº 59/81-CL-SEA — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO (FERRAGENS, MADEIRAS, TELHAS, AREIA, BRITA; CANOS, ARTIGOS DE PINTURA, VIDROS, CIMENTO E CARPETE DE NYLON, ETC.), CLASSES 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009; 1010, 1011, 1013 E 1015.

Data: 12.06.81 **Horário: 09.00 horas**

EDITAL Nº 60/81-CL-SEA — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (DECALQUES, CLIPS, PAPÉIS, FITAS E PASTA SUSPENSA, ETC.), CLASSES 1401, 1402, 1404, 1405 e 1408.

Data: 12.06.81 **Horário: 15:00 horas**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, faz público, para conhecimento dos interessados, que na data e horários acima indicados, na sala de reuniões situada no IAS, Trecho 4, Lotes 1700/1760, nesta Capital, reunir-se-á a referida Comissão a fim de receber documentação e proposta de interessados no fornecimento dos materiais objeto dos Editais epigrafados.

Cópias dos Editais poderão ser obtidas no Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, no endereço acima mencionado, no horário de 08h 30min às 11h 30min e 14h 30min. às 17h 30min.

Brasília, 27 de maio de 1981
ANTONIO ALBERTO RODRIGUES PESTANA
Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmº Sr. Conselheiro Luiz Gonzaga Theodoro, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Edifício Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da pauta da Sessão que se realizará no dia 09, de junho de 1981 (terça-feira), às 15 horas, ou Sessão subseqüente processos com julgamentos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas e mais os seguintes feitos:

PARA INICIO DE VOTAÇAO:

RV - 211 - 78
RECORRENTE: Lyra Discos Ltda.
RECORRIDO: Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro Newton Egydio Rossi
ADVOGADO: Drs. Waldir Santiago Gomes e ou
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procurador Darione Nunes Cardoso

RV - 65 - 80
RECORRENTE: Mário Roberto Amora de Assis Republicano
RECORRIDO: Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro Amaury Ubirajara da Silva Ramos
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procurador Darione Nunes Cardoso

PARA PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇAO:

RV - 184 - 80
RECORRENTE: Otacílio Chaves Canêdo
RECORRIDO: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
RELATOR: Conselheiro Walter Basniaki Linhares
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procuradora Maria Helena dos Santos Carneiro

RV - 25 - 79
RECORRENTE: Marialice Sampaio Motta
RECORRIDO: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
RELATOR: Conselheiro João Bispo dos Santos Júnior
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procuradora Maria Helena dos Santos Carneiro

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal

Em. 28 de maio de 1981
MARCIA MARIA ARAUJO MARTINS
Assistente

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE TÁXIS DO DISTRITO FEDERAL

Portaria nº 066/80-SSP, de 21 de agosto de 1980 da Secretaria de Serviços Públicos.

A VENDA
Seção de Distribuição do DODF
Ed. Anexo do Palácio do Buriti
Térreo - Sala 114

PREÇO: Cr$ 6,00

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos nºs 3.521 e 3.522.

de 28 de dezembro de 1976

Publicados no suplemento do

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76

Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA

No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF

Preço Cr$ 20,00